OFÍCIOS

GP

2004



Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 043/2004-GP *Estância Turística de Holambra, 13 de outubro de 2004.*

Senhor Promotor,

Na qualidade de Presidente desta Casa de Leis, venho passar às mãos de Vossa Senhoria, conforme solicitado em Ofício nº 1796/04 – 3ª Promotoria de Justiça de Mogi Mirim, datado em 29 de setembro de 2004, cópia integral da Lei Complementar nº 051, de 25 de setembro de 1995 "Cria o Fundo de Previdência e Benefícios dos Servidores Públicos do Município de Holambra e dá outras providências" e cópia da Lei Complementar nº 052 de 25 de setembro de 1995, "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do Município de Holambra ".

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade de externarmos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Ilustríssimo Senhor
ROGÉRIO JOSÉ FILÓCOMO JÚNIOR
DD. Promotor de Justiça
Mogi Mirim - SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 038/04-GP *Estância Turística de Holambra, 20 de agosto de 2004.*

Assunto: *Solicita credencial aos funcionários da Câmara Municipal, referente a 23ª Expoflora.*

Prezado Senhores,

Vimos através do presente, solicitar a Comissão Organizadora a gentileza, se possível, de nos fornecer 400 ingressos para a 23ª Expoflora, a pedido de Deputados, Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Transporte.

Solicitamos ainda, credenciais para os Vereadores da Câmara Municipal: Vereador Gerson Pedro de Pina, sob nº RG.4.098.894-6, Vereador Dr. Humberto Marino de Lúcia, sob nº RG. 15.589.455, Vereador José Marcos de Souza, Sob Nº RG. 17.760.087, Vereador Marcel D. de Souza Campos, sob nº RG. 22.674.490-5, Vereadora Solange Maria de Carvalho, sob nº RG. 30.330.097-8 e aos seguintes Funcionários da Câmara Municipal: Andréia Pereira Campanha, sob nº de RG. 26.639.687-2 no cargo de Chefe de Expediente e Secretaria, Daniela Cristina Santos, sob nº de RG. 32.764.486-2 no cargo de Secretária, Luiz Carlos de Campos, sob nº de RG. 11.983.092-9 no cargo de Chefe de Divisão e Contadoria, Noemia Tomaz Vieira, sob nº de RG. 33.744.211-3- no cargo de Secretária, Leni Pereira Santos Ferreira, sob nº de RG. 28.085.825-5 no cargo de Copeira, Letícia Aparecida Cândido, sob nº de RG. 44.761.869-6, Guardinha e Joelma Veloso, sob nº de RG. 41.744.023-6, Guardinha., conforme já realizado em anos anteriores.

No aguardo, agradecemos antecipadamente e aproveitamos a oportunidade para externarmos protestos de estima e distinta consideração.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

A/C
Comissão Organizadora da 23ª Expoflora
Holambra-SP

Recebido
23/08/2004

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 037/2004-GP Estância Turística de Holambra , 12 de agosto de 2004.

Senhor Delegado,

Na qualidade de Presidente desta Casa de Leis, venho passar as mãos de Vossa Senhoria, copia do Oficio nº 498/04-CC-AS, encaminhado a esta Casa de Leis pelo Senhor Floriano Pereira Pesaro, Secretário Adjunte da Casa Civil, referente à reclassificação de 4º para 3º classe da Delegacia de Policia deste Município.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade de externarmos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Ilustríssimo Senhor
MARCELO ADELINO GRANDINETTI
DD.Delegado da Polícia Civil
Holambra

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 036 /2004-GP Estância Turística de Holambra , 9 de agosto de 2004.

À Associação "Príncipe Bernardo",

Na qualidade de Presidente desta Casa de Leis, conforme ofício datado em 06 de julho de 2004- referente a "Treinamento para os Beneficiários", encaminhado a este Casa, venho através deste indeferir o solicitado face á nossa impossibilidade momentânea, financeira e também por não termos previsão orçada, deixando para outra oportunidade.

Certos de contarmos com a vossa compreensão, ficamos gratos por sua atenção.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

A Associação "Príncipe Bernardo", da Estância Turística de Holambra.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Pedir indicamento p/ João.

Associação Príncipe Bernardo
Holambra

Referente: Treinamento para os beneficiários – Cotidiano na Empresa.

Prezado Associado Contribuinte,

Gostaríamos de repassar a todos a seguinte comunicação/solicitação:

Atualmente, a APB oferece aos beneficiários o Programa de Desenvolvimento Individual do Jovem – PDI, que se compõe de Cursos e Atividades, Curso de Informática, de Inglês, de Qualidade de Vida/Culinária Prática, Oficinas de Teatro, Desenho Artístico, de Corte e Costura, de Bordado, além do Coral. Há também Oficinas Livres, por exemplo, as palestras educativas, com temas variados. As atividades são divididas na semana, em períodos diversos, compatibilizados com a freqüência escolar obrigatória.

Entre os Cursos do PDI, no grupo de formação, temos o Curso de Cotidiano do Trabalho, uma tentativa de melhorar a postura dos menores nas Empresas. Desde o ano passado, estamos adequando a antiga atividade oferecida com o nome de "Curso de Secretariado", e agora buscamos em algumas empresas especializadas em Treinamentos Empresariais, um curso novo, mais atual, voltado para o aperfeiçoamento das atividades prestadas pelos menores nos setores administrativos das empresas.

Recebemos uma proposta interessante do Grupo Imediata de Mogi Guaçu – material anexo – de um treinamento em 36 horas, com vistas ao nosso público (menores de 14 a 18 anos), composto de vários módulos (Administrativo, Contábil, Organização de Estoque/Almoxarifado, Planejamento e Controle da Produção e Comercial). A APB deverá investir em torno de R$100,00 por menor e nossa intenção é oferecer o treinamento inicialmente para os menores que já estão nas empresas e ainda não tiveram nenhum curso na área.

Queremos contar com o apoio dos Senhores Associados para estar oferecendo esse treinamento ainda em Julho, mês de férias escolares. E para tanto, além do pagamento da taxa associativa de Julho, gostaríamos que todas as Empresas pudessem financiar o custo de um menor-beneficiário. Pretendemos formar no mínimo 02 turmas, uma no período da manhã e outra no período da tarde, com 04 horas diárias de treinamento, totalizando 09 dias (= 36 horas).

Associação Príncipe Bernardo
Holambra

Hoje, a APB possui uma média de 150 menores cadastrados **e ativos**, dos quais 70 em estágios nos Associados Contribuintes. O ideal e o quê esperamos para 2005 é oferecer esse treinamento para todos os inscritos, logo no início do ano.

Todos os associados que se dispuserem a patrocinar o Curso podem procurar a Secretaria, de segunda a sexta, das 7 às 12 e das 13 às 17:30 horas, ou mesmo por telefone, também estamos a disposição para trocar idéias e sugestões, no sentido de melhorar sempre o comportamento do jovem nas empresas.

Permanecendo a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Holambra, 06 de Julho de 2004.

ASSOCIAÇÃO "PRÍNCIPE BERNARDO"
HOLAMBRA

DESPACHO

Indefiro o pedido do interessado, face a impossibilidade momentânea, financeira e também por não termos previsão orçada.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 9 de agosto de 2004.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
PRESIDENTE

ASSOCIAÇÃO PRÍNCIPE BERNARDO - C.N.P.J. 59.022.046/0001-54
Al. Maurício de Nassau, 427 Centro Holambra SP. 13825-000
Fones: (19) 3802-1400 (19) 3802-2100 apbholambra@holnet.com.br

Assistente Administrativo

Objetivo:

Formar profissionais para atuar em setores administrativos de empresas.

Módulos do Programa:

I. Administrativo (12 horas)

Ética Profissional / Responsabilidades dos Escritórios / Atividades Gerais dos Escritórios / Arquivos e seus Métodos / Tratamento das Correspondências / Recepção / Métodos de Organização (processos de trabalho) / Serviços Bancários / Marketing Pessoal / 5S / Atendimento Telefônico.

II. Contábil (4 horas)

Campo de atuação / Diário / Livro Caixa / Balancete de Verificação / Lançamentos Futuros (cheque pré-datado, duplicatas, etc.).

III. Organização de Estoque / Almoxarifado (4 horas)

Inspeção Visual da Mercadoria e Embalagem no Recebimento / Previsão de Fraudes / NQA – Nível de Qualidade Aceitável / Dimensionamento de Espaços / Localização / Acondicionamento / Movimentação / Planejamento do Uso da mercadoria / Prazo de Validade.

IV. Planejamento e Controle da Produção (8 horas)

Metas de Produção / Planejamento de Matéria Prima, Mão de Obra e Ferramentas / Montagem da Linha de Produção / Inspeção da Qualidade.

V. Comercial (8 horas)

Preparação Pessoal e Técnica / Postura / Comportamento Profissional no Atendimento / Tratamento Diferenciado / Comportamento do Cliente / Atendendo Clientes "alterados" / Fidelização do Cliente / Telemarketing.

Metodologia:

Aulas teóricas e Práticas através de exercícios e simulações.

Carga Horária: 36 horas

Instutores:

Cada módulo será ministrado por especialistas na área.
Obs.: Serão os mesmos instrutores que ministram treinamentos para grandes empresas como: International Paper, Fresenius Medical Care, Isoladores Santana, Jaguar Plásticos, entre outras.

Incluso:

Material didático, certificado individual, certificado para empresa/entidade contratante e despesas de viajem dos consultores.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº035/2004-GP Estância Turística de Holambra , 9 de agosto de 2004.

Senhor Vereador,

Tem este a finalidade de devolver a Vossa Senhoria o Projeto de Resolução nº001 de 17 de maio de 2004, e, por conseguinte indeferir o prosseguimento deste projeto face esta Casa de Leis, já possuir Resolução de nº085/2000, que trata da mesma matéria.

Sem mais para o presente, aproveitamos a oportunidade de externarmos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

DESTINATÁRIO Of. Pe. Nicolau João Bakker

RUA ..... Nº .....

DISCRIMINAÇÃO
Ofício nº 035/2004
Devolvendo P. Resolução 001/2004

RECEBIDO EM 10/08/04

REMETIDO EM 09 DE agosto DE 2004

ASSINATURA OU CARIMBO

Ilustríssimo Senhor
Pe.NICOLAU JOÃO BAKKER
Vereador desta Casa Legislativa
Estância Turística de Holambra.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

- EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
74302833 - AC HOLAMBRA
ROTA DOS IMIGRANTES 419
TRO - 13825-970
AMBRA - SP
J....: 34028316091230 Tel.:38021494
Est.: 209263344110

COMPROVANTE DO CLIENTE

imento..: 27/07/2004 Hora.....: 10:15:45
xa ...: 76959 Matricula: 89044533
c. to.: 00011 Atendimento.: 00008
alidade.: A Vista

CRICAO	QTD.	PRECO
TA COMERCIAL	1	2,20+
alor do Porte.....:	0,74	
ep Destino:	13092-470 (SP)	
eso real (Gr).....:	10	
bjeto.....:	RC352451596BR	
EGISTRO NACIONAL...:	2,20	
ranquia Previa.....:	0,74	

alor Declarado nao solicitado
o caso de objeto com valor, faca seguro,
eclarando o valor do objeto.

taces:

VALOR EM DINHEIRO: 2,20

VALOR RECEBIDO ==) 10,00

TROCO ==========) 7,80

V. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

SARA 1.3.2

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício Circular nº001-MDSC Estância Turística de Holambra, 26 de julho de 2004.

REF. CONSERTO DE TELEFONE PÚBLICO

Prezado (a) Senhor (a),

Tem este a finalidade de solicitar desta conceituada Empresa de Telecomunicações os bons préstimos, no sentido da possibilidade de consertar um telefone público (orelhão), localizado no Sítio Tropical de propriedade do Senhor Petrus G.Neulman – Bairro Alegre, no Município da Estância Turística de Holambra.

Com certeza o conserto dessa benfeitoria virá ao encontro de justos anseios de moradores daquela região, que encontram muitas dificuldades quando precisam deste inabdicável meio de comunicação.

No aguardo de uma solução, firmamo-nos atenciosamente.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente Câmara Holambra

Ao
Responsável pelas instalações de Telefones Públicos

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 034/04-GP *Estância Turística de Holambra, 31 de maio de 2004.*

Prezada Senhora,

Na qualidade de Presidente desta Casa de Leis, cumpre-me, respeitosamente por meio deste, solicitar à Vossa Senhoria, os bons préstimos no sentido de nos emprestar as dependências do Prédio da 3ª Idade, localizado no Bairro Morada das Flores, para Sessão da Câmara Itinerante, a realizara-se aos 21 de julho (Quarta-Feira), às 20 horas.

No aguardo de uma resposta, subscrevemo-nos mui atenciosamente.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Ilustríssima Senhora
EDNEIDE INÁCIO DA SILVA FERREIRA
Departamento da Promoção Social do Município
Estância Turística de Holambra - SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Oficio nº 030 /2004-G.P.

- **Ref. Protocolo nº 1057 de 26 de março de 2004.**

Prezado Senhor,

Trata-se o presente de pedido de REVISÃO C/C RECONSIDERAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO, consubstanciado na concorrência pública nº001/2004, cujo objeto é a revenda de lotes do Bairro Parque dos Ipês, em específico o lote 16 da quadra B, no Município de Holambra-SP.

Diante do acima exposto, este Presidente em que pese s.m.j., entender que a matéria é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, buscou junto aquela municipalidade em especial junto ao Departamento Jurídico da Prefeitura a resposta para Vossa Senhoria e seus clientes, resposta esta que se faz anexa a este oficio.

Assim, fica Vossa Senhoria notificado do inteiro teor de suas respostas ora solicitadas, bem como fica fazendo parte integrante deste as cópias reprográficas anexas.

Sem mais para o presente, firmamo-nos com o maior apreço.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 19 de maio de 2004.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Ilustríssimo Senhor
ROBERTO LAFEYTHY LINO
Advogado- OAB/SP nº151.539
Artur Nogueira -SP

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

ILMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA/SP.

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA REVENDA DE LOTES URBANOS DO LOTEAMENTO PARQUE DOS YPÊS E OUTROS.

IZAURA MAZZINI JULIÃO, brasileira, viúva, pensionista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.457.754-8 e do CPF/MF nº 069.198.318-64, residente e domiciliada na Estrada da Servidão, nº 142 - Holambra/SP - Cep.: 13.825-000, vem, à presença de V.Sa., informá-lo sobre os fatos apresentados nesta data junto a Prefeitura Municipal de Holambra - doc. anexo, bem como que sejam tomadas as medidas de praxe, visando o bem comum e aplicação da Lei e da Moralidade.

Termos em que, ***aguardando o que se pede, dentro do prazo legal previsto em Lei.***

P. Deferimento.

Holambra, aos 24 de março de 2.004.

Izaura Mazzini Julião

IZAURA MAZZINI JULIÃO

ROBERTO LAFFYTHY LINO
OAB/SP Nº 151.539

PROTOCOLO
Nº de Ordem 1057
Fls. Nº 42 Livro Nº 009
Data 26/03/2004
Secretaria

CSBin

ILMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA/SP.

PROTOCOLO
Prefeitura Municipal Est. Tur. Holambra
N.º da Ordem 685/2004
Fls. n.º ____ Livro n.º ____
Data da entrada 26 de
Março de 2004
RESPONSÁVEL

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA REVENDA DE LOTES URBANOS DO LOTEAMENTO PARQUE DOS YPËS E OUTROS.

IZAURA MAZZINI JULIÃO, brasileira, viúva, pensionista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.457.754-8 e do CPF/MF nº 069.198.318-64, residente e domiciliada na Estrada da Servidão, nº 142 - Holambra/SP - Cep.: 13.825-000, vem, à presença de V.Sa., face ao conhecimento, através de Jornal semanal desta cidade, de abertura de concorrência pública para revenda de lotes urbanos, dentre os quais está o seu lote - lote 16 da quadra B - Parque dos Ypês - Holambra, requerer **REVISÃO c/c RECONSIDERAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO** consubstanciado na citada CONCORRÊNCIA PÚBLICA, posto que nula de pleno direito, com *pedido de suspensão de seus atos praticados até a presente* data e os que possam vir a ser praticados, pedido este com base nos fatos abaixo elencados e no direito que ampara a requerente:

Que a requerente é proprietária de imóvel urbano localizado no Parque dos Ypês, sob o lote 16 da quadra B, compra esta havida por força do contrato celebrado em 14 de outubro de 1.996 junto a Prefeitura Municipal de Holambra, sendo o pagamento pactuado naquela época, devidamente feito, nada devendo mais a referida Prefeitura - doc. incluso.

Izaura Mazzini

Posto isto, requer **REVISÃO c/c RECONSIDERAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO** *consubstanciado na citada CONCORRÊNCIA PÚBLICA, posto que* nula de pleno direito, com pedido de suspensão de seus atos praticados até a presente data e os que possam vir a ser praticados, concorrência esta COM A FINALIDADE DA REVENDA (confisco) DE LOTES URBANOS DESCRITOS NO JORNAL DA CIDADE DE HOLAMBRA E NO EDITAL DE CONCORRÊNCIA, visto que fere a norma Constitucional e processual, posto ser ilegal, afrontar o direito de propriedade, e ainda, pela falta de notificação ou intimação da parte para os atos praticados pela Prefeitura, na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, ora atacados, e que em ação própria serão analisados junto ao Juízo competente, visando a busca da verdade, moralidade, igualdade e **JUSTIÇA!**

Termos em que, aguardando o que se pede, dentro do prazo legal previsto em Lei.

P. Deferimento.

Holambra, aos 24 de março de 2.004.

Izaura Mazzini Julião

IZAURA MAZZINI JULIÃO

ROBERTO LAFFYTHY LINO
OAB/SP Nº 151.539

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

OFÍCIO Nº 200/04-GPM *HOLAMBRA, 14 de Maio de 2004.*

Senhor Presidente,

Encaminhamos à essa Colenda Casa de Leis as cópias inclusas, conforme solicitação.

Aproveitamos a oportunidade para externarmos nossa estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
MD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
HOLAMBRA-SP

PROTOCOLO
Nº de Ordem 1.120
Fls. Nº 45 Livro Nº 009
Data 17 / 05 / 2004
Secretaria

ILMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA/SP.

PROTOCOLO
Prefeitura Municipal Est. Tur. Holambra
N.º da Ordem 685/2004
Fls. n.º _____ Livro n.º _____
Data da entrada 26 de
Março de 20 04
(RESPONSÁVEL)

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA REVENDA DE LOTES URBANOS DO LOTEAMENTO PARQUE DOS YPËS E OUTROS.

IZAURA MAZZINI JULIÃO, brasileira, viúva, pensionista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.457.754-8 e do CPF/MF nº 069.198.318-64, residente e domiciliada na Estrada da Servidão, nº 142 - Holambra/SP - Cep.: 13.825-000, vem, à presença de V.Sa., face ao conhecimento, através de Jornal semanal desta cidade, de abertura de concorrência pública para revenda de lotes urbanos, dentre os quais está o seu lote - lote 16 da quadra B - Parque dos Ypês - Holambra, requerer **REVISÃO c/c RECONSIDERAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO** consubstanciado na citada CONCORRÊNCIA PÚBLICA, posto que nula de pleno direito, com *pedido de suspensão de seus atos praticados até a presente* data e os que possam vir a ser praticados, pedido este com base nos fatos abaixo elencados e no direito que ampara a requerente:

Que a requerente é proprietária de imóvel urbano localizado no Parque dos Ypês, sob o lote 16 da quadra B, compra esta havida por força do contrato celebrado em 14 de outubro de 1.996 junto a Prefeitura Municipal de Holambra, sendo o pagamento pactuado naquela época, devidamente feito, nada devendo mais a referida Prefeitura - doc. incluso.

Recebi em 04/05/04
ASSINATURA

Izaura Mazzini

Que através do Jornal da Cidade de Holambra, veio a saber que o seu imóvel estava sendo vendido por meio de concorrência pública, sem ao menos ter sido citada, notificada, ou informada sobre esta situação, vindo a saber posteriormente que tal atitude de embasava em no conteúdo do contrato de venda estabelecido entre as partes.

Daí provém falhas de ordem processual - notificação e concordância da parte, que por si só tornam a presente concorrência pública ilegal e passível de anulação na esfera judicial.

Além do mais o presente contrato fere a norma constitucional e o Direito de Propriedade, visto que não houve uma caridade a requerente, mas sim uma transação de compra e venda legal, originando deste ato a perfeição do negócio jurídico, ou seja, ato jurídico perfeito.

A cláusula de retomada do imóvel em caso de não construção no prazo estabelecido pode ser definida como nula, visto que não houve uma cessão condicionada, nem muito menos um contrato de comodato condicionado, mas sim um contrato de compra e venda totalmente válido e finalizado, ou seja, novamente esta presente a perfeição do negócio jurídico.

A Lei aprovada para este fim deixa dúvida sobre a finalidade social do motivo que originou a venda dos primeiros lotes, visto que deixa de lado a condição desfavorável das pessoas que necessitam de lotes para a construção de suas casas, e abre margem para a comercialização imobiliária dos lotes descritos na matéria do jornal, ou seja, de forma hipotética, deveria ser os lotes erroneamente retomados, caso fosse legal tal medida, destinados a novo sorteio dentro das pessoas realmente necessitadas deste Município, tendo como base o estudo social feito pela Assistente Municipal de Holambra e não posto a venda para qualquer pessoa, nada importando a sua situação financeira e social.

Outro fato que deve ser abordado se deve a questão de que não houve retomada do imóvel por força judicial, mas sim através de promessa de que a pessoa teria, em tese, a prioridade no recebimento de outro lote quando da realização de outro loteamento, com suposto fim social - **absurdo**, ou seja, promessa constante do corpo de Lei Municipal, que fere a isonomia, igualdade, e moralidade entre as partes, e mais uma vez fere princípios constantes na Constituição Federal.

Igaura Mazzini

Posto isto, requer **REVISÃO c/c RECONSIDERAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO** *consubstanciado na citada CONCORRÊNCIA PÚBLICA, posto que* nula de pleno direito, com pedido de suspensão de seus atos praticados até a presente data e os que possam vir a ser praticados, concorrência esta COM A FINALIDADE DA REVENDA (confisco) DE LOTES URBANOS DESCRITOS NO JORNAL DA CIDADE DE HOLAMBRA E NO EDITAL DE CONCORRÊNCIA, visto que fere a norma Constitucional e processual, posto ser ilegal, afrontar o direito de propriedade, e ainda, pela falta de notificação ou intimação da parte para os atos praticados pela Prefeitura, na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, ora atacados, e que em ação própria serão analisados junto ao Juízo competente, visando a busca da verdade, moralidade, igualdade e **JUSTIÇA!**

Termos em que, aguardando o que se pede, dentro do prazo legal previsto em Lei.

P. Deferimento.

Holambra, aos 24 de março de 2.004.

Izaura Mazzini Julião

IZAURA MAZZINI JULIÃO

ROBERTO LAFFYTHY LINO
OAB/SP Nº 151.539

PROCURAÇÃO

IZAURA MAZZINI JULIÃO, brasileira, viúva, pensionista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.457.754-8 e do CPF/MF nº 069.198.318-64, residente e domiciliada na Estrada da Servidão, nº 142 - Holambra/SP - Cep.: 13.825-000, vem, pelo presente instrumento particular de procuração, que vai, datado e assinado, nomeia(m) e constitue(m) seu(s) bastante(s) procurador(es) o(s) advogado(s) ***ROBERTO LAFFYTHY LINO,*** brasileiro, advogado, OAB/SP nº 151.539, estabelecido na Rua 10 de Abril, nº 643, centro, no Município de Artur Nogueira/SP - Cep.: 13.160-000 - Tel.: (0xx19) 3877-4382 / 9774-4673, a quem confere(m) amplos poderes para o foro em geral, em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(s) nas contrárias, seguindo umas e outras até o final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para transigir, desistir, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, especialmente para apresentar pedido de ***IMPUGNAÇÃO ADMINSITRATIVA DA ABERTURA DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA REVENDA DE SEU IMÓVEL URBANO LOCALIZADO NO LOTEAMENTO PARQUE DOS YPÊS, na cidade de Holambra.***

ARTUR NOGUEIRA, AOS 22 DE MARÇO DE 2.004.

Izaura Mazzini Julião

IZAURA MAZZINI JULIÃO

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Departamento Jurídico.

Proc. n.º 685/2004

Holambra, 12 de abril de 2004.

Trata-se o presente de pedido de **REVISÃO C/C RECONSIDERAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO**, consubstanciado na concorrência pública nº001/2004, cujo objeto é a revenda de lotes do Bairro Parque dos Ipês, em específico o lote 16 da quadra B, no Município de Holambra – SP.

Sustenta o requerente ser proprietário de imóvel urbano localizado no Parque dos Ipês, designado como lote 16 da quadra B, compra esta efetuada por força do contrato celebrado em 18 de dezembro de 1996, junto à Prefeitura Municipal de Holambra, tendo efetuado o pagamento do lote na época, não devendo nada à referida Prefeitura.

Assevera que, através do jornal da Cidade de Holambra, tomou ciência de que o seu imóvel estaria sendo vendido por meio de concorrência pública, sem ao menos ter sido citada, notificada ou informada, e que tal atitude se embasava no conteúdo do contrato de venda estabelecido entre as partes.

Fundamenta que há falhas de ordem processual, como notificação e concordância da parte, que tornam a concorrência pública ilegal e passível de anulação na esfera judicial.

Acrescenta, ainda, que o "presente contrato" fere norma constitucional e o Direito de Propriedade, pois houve transação de compra e venda legal,

originando deste ato a perfeição do negócio jurídico, ou seja, ato jurídico perfeito.

E ainda, que a cláusula de retomada do imóvel em caso de não construção no prazo estabelecido pode ser definida como nula, visto que não houve cessão condicionada, nem muito menos um contrato de comodato condicionado, mas sim um contrato de compra e venda totalmente válido e finalizado, ou seja, novamente está presente a perfeição do negócio jurídico.

Esclarece ainda, que a Lei aprovada para este fim deixa dúvida sobre a finalidade social do motivo que originou a venda dos primeiros lotes, pois desfavorece as pessoas que necessitam dos lotes para as construções de suas casas, e ***abre margem para a comercialização imobiliária dos lotes, de forma hipotética, deveria ser os lotes erroneamente retomados, destinados a novo sorteio dentro das pessoas realmente necessitadas deste Município, tendo como base o estudo social feito pela Assistente Municipal de Holambra e não posto a venda para qualquer pessoa, nada importando a sua situação financeira e social.***

Finalmente, alega, não haver retomada do imóvel por força judicial, mas sim através de promessa de que a pessoa teria, em tese, a prioridade no recebimento de outro lote quando da realização de outro loteamento, com suposto fim social, absurdo, ou seja, promessa constante do corpo de Lei Municipal, que fere a isonomia, igualdade, e moralidade entre as partes, e mais uma vez fere princípios Constitucionais.

Tais atos, portanto, segundo a óptica do requerente, nulificam o processo administrativo de concorrência pública, pois a revenda em questão, tem

natureza de confisco, contrariando, assim, norma constitucional e processual, em afronta ao direito de propriedade.

É o relatório.

Em vista dos argumentos do requerente passamos a opinar:

Preambularmente, para que se possa formar a convicção de Vossa Excelência acerca do assunto e eventual nulidade no processo de retomada de lotes mediante rescisão dos contratos firmados com a administração pública, necessário se faz algumas digressões sobre a questão aqui aventada.

Em 19 de setembro de 1996, foi aprovada a Lei Complementar nº 063/1996, autorizando o Executivo Municipal a alienar lotes de terrenos constitutivos de Loteamento Popular, denominado Parque dos Ipês, mediante prévia seleção e compromisso de construção de habitações unifamiliares, conforme condições estabelecidas na citada lei.

Sobredita norma, em seu artigo 7º, I, estabelecia a previsão de **cláusula exorbitante** a ser firmada nos respectivos contratos de venda e compra constando a obrigação do adquirente do lote em construir habitação popular no lote objeto do contrato, conforme modelo aprovado pelas autoridades municipais, no prazo de 02 (dois) anos, contados da data de assinatura do compromisso de venda e compra, sob pena de rescisão da avença, conforme determina o inciso II do sobredito artigo.

Desta forma, foram elaborados devidamente as Minutas de Contrato de Compromisso de Compra e Venda com Cláusulas de Inalienabilidade e Retrocessão, ao qual aderiu o requerente em 18 de dezembro de 1996,

conforme consta do incluso instrumento, fazendo-se constar em sua Cláusula II e Parágrafo Primeiro, o seguinte:

> *CLÁUSULA II*
> *O PROMITENTE COMPRADOR, obriga-se neste ato a construção de habitação popular no lote objeto do presente, conforme modelo aprovado pelas autoridades municipais, no prazo de 02 (dois anos), contados da data da assinatura deste instrumento.*
>
> *Parágrafo 1º - O descumprimento da obrigação prevista nesta cláusula ensejará a rescisão imediata do presente instrumento, retornando o imóvel à Administração Pública e procedendo-se o previsto no art. 3º e parágrafos da Lei complementar n.º 063/96.*

Com efeito, como se demonstrará mais adiante, não se verifica qualquer nulidade na Cláusula avençada, tão pouco nos atos perpetrados pelo poder público Municipal, com intuito de retomada e revenda dos lotes, cuja condição acima entabulada não fora cumprida pelos promitentes compradores.

I – <u>Dos Contratos Administrativos – Cláusulas Exorbitantes – Inexistência de Nulidade:</u>

Contrato administrativo é o ajuste que a Administração Pública, agindo nessa qualidade, firma com particular ou outra entidade administrativa para a

consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria Administração.[1]

Tem por característica essencial, a participação da Administração com **supremacia de poder**, consistentes nas denominadas cláusulas exorbitantes, explícitas ou implícitas em todo contrato administrativo.

Assim esclarece o renomado doutrinador, Hely Lopes Meirelles, em sua citada obra, pág. 191:

> *Cláusulas exorbitantes são as que excedem do Direito Comum para consignar uma vantagem ou uma restituição à Administração ou ao contratado. A cláusula exorbitante não seria lícita num contrato privado, porque desigualaria as partes na execução do avençado,* ***mas é absolutamente válida no contrato administrativo, desde que decorrente de lei ou de princípios que regem a atividade administrativa, por que visa a estabelecer uma prerrogativa em favor de uma das partes para o perfeito atendimento do interesse público, que se sobrepõe sempre aos interesses particulares.***
>
> *As cláusulas exorbitantes podem consignar as mais diversas prerrogativas, no interesse do serviço público, tais como a ocupação do domínio público, o poder expropriatório e a atribuição de arrecadar tributos, concedidos ao particular contratado para a*

[1] Meirelles, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro* – São Paulo: Malheiros, 1998, pp 188.

> *cabal execução do contrato. Todavia* ***as principais são as que se exteriorizam na possibilidade de alteração e rescisão unilateral do contrato, no equilíbrio econômico e financeiro; na revisão de preços e tarifas; na inoponibilidade da exceção de contrato não cumprido****, no controle do contrato, na ocupação provisória e na aplicação de penalidades contratuais pela Administração.*

Assim, a inclusão de cláusulas que exorbitam as do direito comum, é perfeitamente possível e legal, pois que vêm embasadas na supremacia do poder público também denominado princípio da finalidade pública, que encontra amparo no art. 37, *caput,* da Carta Constitucional.

Nesse diapasão preleciona Maria Sylva Zanella Di Pietro[2]:

> *Supremacia do Interesse Público*
>
> *Esse princípio, também chamado de princípio da* ***finalidade pública****, está presente tanto no momento da* ***elaboração da lei*** *como no momento da sua execução em concreto pela Administração Pública. Ele inspira o* ***legislador*** *e vincula a autoridade administrativa em toda a sua atuação.*
>
> *No que diz respeito à sua influência na elaboração da lei, é oportuno lembrar que uma das distinções que se costuma fazer entre o direito privado e o direito*

[2] Di Pietro, M. S. Z. *Direito Administrativo.-17ed.*- São Paulo: Atlas, 2004, pp 68/69.

público (e que vem desde o Direito Romano) leva em conta o interesse que se tem em vista proteger; o direito privado contém normas de interesse individual e, o direito público, normas de interesse público.

Esse critério tem sido criticado porque existem normas de direito privado que objetivam defender o interesse público (como as concernentes ao Direito de Família) e existem normas de direito público que defendem também interesses dos particulares (como as normas de segurança, saúde pública, censura, disposições em geral atinentes ao poder de polícia do Estado e normas no capítulo da Constituição consagrado aos direitos fundamentas do homem).

Apesar das críticas a esse critério distintivo, que realmente não é absoluto, algumas verdades permanecem: em primeiro lugar, as normas de direito público, embora protejam reflexamente o interesse individual, têm o objetivo primordial de atender ao interesse público, ao bem-estar coletivo. Além disso, pode-se dizer que o direito público somente começou a se desenvolver quando, depois de superados o primado do Direito Civil (que durou muitos séculos) e o individualismo que tomou conta dos vários setores da ciência, inclusive a do Direito, substitui-se a idéia do homem como fim único do direito (própria do individualismo) pelo princípio que hoje serve de fundamento para todo o direito público

> *e que vincula a Administração em todas as suas decisões: o de que os* ***interesse público têm supremacia sobre os individuais.***

Portanto, não há que se falar em nulidade da citada cláusula vez que amparada nos princípios gerais que regem a administração pública e que garantem a soberania do Estado Democrático de Direito.

Em que pese a rescisão unilateral dos contratos administrativos, como cláusula exorbitante é faculdade inerente à Administração, ainda que não previstas expressamente em lei ou contrato. Como elucida o citado autor (MEIRELES; 1998), *nenhum particular, ao contratar com a Administração, adquire direito à imutabilidade do contrato ou à sua execução integral ou ainda, às suas vantagens in specie, porque isto equivaleria a subordinar interesse público ao interesse privado do contratado.*

Portanto, o poder de modificação unilateral dos contratos administrativos, é preceito de ordem pública, irrenunciável e poderá ser exercido tanto na ocorrência de inadimplência por parte do contratante, quanto por interesse público justificável.

É bom lembrar que ocorrendo fato extintivo previsto na lei, regulamento ou contrato, dar-se-á a rescisão de pleno direito, independentemente de qualquer ato formal, ou decretação judicial, ou mesmo manifestação de vontade das partes.

No caso dos autos, o requerente comprometeu-se, através de contrato firmado com a administração, a adquirir o bem mediante obrigação de construção de

habitação unifamiliar, no prazo de dois anos, sob pena de rescisão de pleno direito.

O condão da norma legal, contrariamente da tese sustentada pelo requerente é a habitação popular para as famílias de baixa renda, que no município residiam há mais de 05 anos e não possuíam moradia.

Inobstante, decorrido o prazo legal e contratual, e passado mais de sete anos inerte, sem qualquer providência da requerente e de outros tantos contratantes, deferiu o poder público, como medida excepcional, prazo improrrogável de 90 dias para término das construções, a qual se quer aderiu a Requerente, mantendo-se novamente inerte, sem construir a unidade residencial.

Por tais motivos, a irresignação da requerente não procede. Além de descumprir as determinações legais e contratuais pelo prazo de sete anos, também quedou-se inerte quando da medida excepcional concedida pelo poder público, prorrogando o prazo por mais 90 dias para regularização da mora e inadimplência.

Por certo que, decorrido tal prazo sem as medidas previstas em lei, restou rescindido o contrato firmado de pleno direito, independente de aviso, notificação ou qualquer medida judicial.

Tal situação, como já destacado nos ensinamentos acima, não constitui abuso de direito ou quaisquer afronta aos princípios constitucionais, como argumenta em sua tese o requerente, mas medida de interesse público justificável, já que a promessa de compra e venda foi concedida ao requerente mediante

cumprimento de cláusulas especiais, condicionada a destinação social da propriedade na forma que determina a própria Carta Maior.

Se há, portanto, ferimento das normas constitucionais, estas se deu pelos promitentes compradores, inadimplentes, que deixaram de cumprir o avençado, ferindo o princípio da função social da propriedade, em detrimento da coletividade e dos interesses de outros munícipes carentes, que foram preteridos na ordem de escolha, dando preferencia a outros tantos, que desprezaram o benefício concedido, deixando de cumprir a finalidade pública da norma: construção de habitação para família.

Oportuno destacar, que os contratos ora atacados em suas cláusulas, fazem parte do processo de Loteamento Popular do Parque dos Ipês, que já passaram pelo crivo do Registro Público, como também do Ministério Público, junto ao procedimento 04.625/04, encontrando-se devidamente Registrado através da Matrícula 59.473 e homologado (docs.)

Sendo assim, causa estranheza a irresignação do requerente somente agora, insurgido-se contra os termos contratuais, quando teve ciência de todos os atos e mesmo assim quedou-se inerte, vindo a assinar todos os termos de contrato, dando causa à rescisão.

II- Do Princípio da boa-fé e função social do contrato (da especulação):

O novo Código Civil estabelece expressamente que os contratantes são obrigados a guardar, durante e após a conclusão do contrato, princípios de probidade e boa-fé (artigo 422).

Trata-se de mais uma inovação da norma, visando proteger o princípio da boa-fé objetiva, cujos efeitos estendem-se também aos contratos praticados antes da vigência do novo código, cujos efeitos continuaram após a sua promulgação.

Assim, desde o início de vigência do contrato, as partes devem manter espírito de lealdade, cumprindo suas obrigações nos moldes pactuados, objetivando a realização dos fins econômicos e sociais do contrato, para que a extinção não provoque situações de desigualdades tanto entre os contratantes quanto à coletividade.

Veja, portanto, que não se trata apenas de lealdade entre as partes, mas de cumprimento da ordem econômica e social do contrato, limitando a liberdade de contratar ao princípio da função social que ocupa na sociedade.

Sobre a questão esclarece brilhante escólio de Daniel Martins Boulos[3]:

> *"...o princípio da função social do contrato é a pedra angular do novo Direito contratual brasileiro a partir da entrada de 11 de janeiro de 2003 e, inclusive, com relação àqueles assinados anteriormente a sua entrada em vigor (desde que continuem a gerar efeitos após essa data).*
> *Como já referido, o contrato é instrumento, por excelência, das forças (econômicas) de bens e serviços na sociedade, de colaboração entre as pessoas e de promoção do progresso. Trata-se, portanto, de um instrumento jurídico que, em última*

[3] Aspectos Controvertidos do novo código civil: escritos em homenagem ao Ministro José Carlos Moreira Alves/ coordenadores Arruda Alvim, Joaquim Portes de Cerqueira César, Roberto Rosas; apresentação Arruda Alvim. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunias, 2003, pp129.

> *análise, promove e assegura a circulação de riquezas na sociedade. Essas as funções primordiais do contrato.* ***E se a propriedade deve, hoje, atender a uma função social, também o contrato, como meio, por excelência, de promover o exercício e a transferência do direito de propriedade*** *(daí ponto de contato existente entre o contrato e a propriedade) deve estar submetido à função social.*
>
> *Outro ponto que deve ser ressaltado, embora já mencionado, é que o legislador atribuiu à norma contida no art. 421 a característica de norma de ordem pública (art. 2.035, parágrafo único), vale dizer,* ***inderrogável pelo simples querer das partes.*** *A função social do contrato, nesta perspectiva, é princípio basilar do Direito dos Contratos e atende aos interesses da sociedade considerada em sua totalidade.(45)*[4]

Logo, em se tratando de preceito de ordem pública, o interesse da sociedade coletivamente considerada, sobressairá a qualquer outro interesse.

E conclui o autor:

> *Consequentemente, qualquer disposição contratual que atente contra o princípio da função social do*

[4] (45) nota do autor: Segundo Carlos Maximiliano "a distinção entre as prescrições de ordem pública e de ordem privada consiste no seguinte: entre as primeiras o interesse da sociedade coletivamente considerada sobreleva a tudo, a tutela do mesmo constitui o fim principal do preceito obrigatório; é evidente que apenas de modo indireto a norma aproveita os cidadãos isolados, porque inspira antes no bem da comunidade do que no indivíduo; e quando o preceito é de ordem privada sucede o contrário: só indiretamente serve o interesse público, à sociedade considerada em seu conjunto; a proteção do direito do indivíduo constitui o objetivo primordial"(Hermenêutica e aplicação do direito, 19. ed. Forense, n.º 251, p.176).

> *contrato ou contra as demais normas que o asseguram carece de valor, pois incompatível com a norma contida no artigo ora comentado, que, como se disse, é de imperatividade absoluta. Aliás o próprio Código Civil, de 2002, no inciso VI do artigo 166, fulmina de nulidade o negocio jurídico que "tiver por objetivo fraudar lei imperativa, como é a norma contida no artigo 421, ora analisado.*

Veja, portanto, que ainda que se pretendesse perquirir sobre eventual interesse privado no contrato firmado, seus efeitos após o vigor da nova Codificação ficam condicionados a função social do contrato que é norma de ordem pública.

Tais argumentos, são trazidos à colação, para afastar qualquer dúvida quanto aos direitos aqui tutelados. São eles de ordem pública, não podendo admitir qualquer pretensão que não seja aquela prevista na norma imperativa, ora atacada.

No caso em exame, resta evidente que a pretensão do requerente em ver anulado ato público, para fins de garantir propriedade particular, propriedade esta, segundo a tese do requerente, assegurada por promessa de compra e venda, (ato jurídico perfeito), é absolutamente descabida e inadequada.

Primeiro, porque, como já explanado acima, o contrato firmado é de ordem pública e não foi cumprido segundo suas cláusulas e determinações.

Segundo porque, ainda que seus efeitos venham a atingir direito privado, sua execução se subordina a preceitos também de ordem pública, quais sejam a função social do contrato, que diga-se e afirma-se, não foi cumprido, ferindo

também os preceitos de boa-fé, pois o requerente, mesmo sabedor que o era desde a assinatura do termo, que a finalidade do Loteamento Popular era proporcionar moradia aos cidadãos de baixa renda que não possuíam imóveis, habilitou-se no processo, foi contemplado e não cumpriu com a finalidade do contrato, utilizando-se de tal expediente para especulação, acreditando que seu direito de propriedade era absoluto, em detrimento daqueles que cumpriram fielmente o contrato, pagaram seus impostos, contribuíram com as melhorias do Loteamento, para valorização do local, situação esta que tornou o Parque dos Ipês, um dos melhores locais de moradia da cidade.

Mas não foi só isso, além de causar desigualdades entre todos os beneficiários do Loteamento Popular, infringindo preceito de ordem pública, também o fez em relação àqueles que foram preteridos, pois outros inscritos ao programa, deixaram de ser contemplados, pela preferência dada ao requerente, que não se utilizou o bem para a finalidade social prevista.

Veja, portanto, que há no caso em exame, quebra de todos os princípios aqui destacados, pois não agiu o requerente com a boa-fé no cumprimento do contrato, dando causa a desigualdades sociais, atentando contra a finalidade pública almejada com a citada Lei, e mais, deixando ainda de efetuar o pagamento devido do Compromisso e dos Impostos incidentes sobre o bem.

IV – Do Princípio da Função Social da Propriedade:

O novo Código Civil, além de fixar a função da social do contrato, também o fez, em consonância com a própria carta Constitucional, em relação a propriedade, retroagindo os efeitos da nova norma aos negócios que contrariassem os preceitos de ordem pública, assegurando assim a função social da propriedade, em seu artigo 2.035 e Parágrafo único.

Segundo a doutrina sobre o tema, tem-se por função social da propriedade o poder de dar destinação certa AO OBJETO DA PROPRIEDADE, no caso destinação social. Decorre daí, que o objetivo da propriedade deverá estar harmonizado com os interesses da coletividade, e quando isso não ocorre se submeterá a uma sanção de ordem pública.

Assim, enquanto os interesses individuais se harmonizarem com os interesses públicos, a propriedade preservará os preceitos de direito absoluto. Contudo, havendo dissonância entre ambos, receberá a sanção de ordem pública, que poderá se culminar inclusive com a perda da propriedade.

A própria Constituição Federal, ao tratar da Ordem Econômica, (art. 170), elevou a função social da propriedade e a propriedade privada a princípios de ordem econômica, devendo coexistir com a mesma harmonia, importância e hierarquia.

Em suma, os atos atacados encontram respaldo na ordem constitucional, e na Lei Civil.

No que toca a inconstitucionalidade da norma recém aprovada, melhor razão assiste ao requerente. Os valores arrecadados com os lotes, como determina a norma imperativa, destina-se a aquisição de propriedade para implantação de novo Loteamento, situação esta que viabilizará cerca de 200 habitações para população carente.

Ademais, não seria justo que se mantivesse pelo poder público todas as condições anteriormente previstas na Lei n. 063/1996, para processo de revenda, vez que, como se sabe, foram inúmeros os investimentos efetivados

no Loteamento, tanto de seus adquirentes quanto do poder público, o que acabou por valorizar a área e especialmente seus lotes. De tal forma, desigualdade seria se o processo de revenda ocorresse agora, em prejuízo daqueles que há sete anos vêm cumprindo com suas obrigações, investindo seus parcos rendimentos no Loteamento, enquanto que outros já obteriam o empreendimento pronto, ao mesmo preço e custo do que praticado no seu lançamento.

Além do mais, os terrenos retomados foram alienados ao preço atual de mercado, já que todas as chances foram dadas aos promitentes compradores inadimplentes para que construíssem o imóvel de residência, o que proporcionará ao Município fundos para abertura de novo loteamento Popular, e novos investimentos na área de habitação, para população carente do Município que ainda não teve a oportunidade da casa própria.

Por outro lado, não se verifica qualquer desigualdade criada pela nova Lei n. 492/2003, ao deferir a possibilidade de habilitação no novo empreendimento popular aos que tiveram seus lotes retomados.

De fato, o texto original eviado pelo Executivo não continha tal possibilidade, todavia foram introduzidas emendas pelos legisladores municipais, no intuito de possibilitar uma nova oportunidade para os inertes.

É próprio da nossa cultura *tupiniquim*, dilatar prazos e conceder novas oportunidades. Não se trata de desigualdade, mas de beneplácito concedido pelo próprio legislador, em conceder mais uma chance para aqueles que já haviam passado por processo de escolha, e foram já foram penalizados pela sua inércia, mas teve a cautela no § segundo do artigo quarto, se fazer manter os mesmos requisitos da lei anterior..

A desigualdade que trata a norma do artigo 5°, é aquela que distingue os iguais, o que se veda são diferenciações arbitrárias, as discriminações absurdas, pois os tratamentos desiguais dos casos desiguais, à medida que se desigualam, é inerente ao conceito da própria Justiça.

Não obstante, como ainda não se verificou qualquer efeito concreto da nova norma no que tange ao processo de escolha, nada obsta que a mesma possa vir a ser modificada posteriormente, no sentido de melhor se adequar aos conceitos de justiça. O que importa, é que no caso concreto desses autos, nada acrescentou a previsão do dispositivo atacado, pois o condão da norma foi somente regulamentar o processo de venda dos lotes em conformidade com a lei de licitações, possibilitando o Executivo angariar fundos que terão destinação certa para a mesma finalidade o que beneficiará uma grande parcela da população carente do município, ainda não contemplada ao programa de moradia, à aquisição de imóvel, a baixo custo, para construção de habitação unifamiliares.

Por derradeiro convém destacar, que o atos praticados pelo poder público, tiveram sua causa pela inércia dos promitentes compradores, em não fazer aquilo que em lei se determinou e em contrato se obrigou.

O Prefeito municipal, ao seu turno, desde o início de sua administração convocou os promitentes dos lotes do bairro Parque dos Ipês que se encontravam em situação irregular, a dar início às obras para cumprimento do contrato, dilatando os prazos até 2003, quando finalmente, após deferido mais noventa dias de prazo, foram rescindidos os contratos e retomados os lotes.

É fato inconteste, portanto, que houve desinteresse pelo ora requerente em dar andamento e cumprimento ao contrato, mesmo após as inúmeras oportunidades deferidas pelo poder público.

Sendo assim, não pode a administração municipal prestigiar a inércia e a incúria em prejuízo dos moradores, que também passaram por inúmeras dificuldades e mesmo assim, cumpriram fielmente a finalidade da lei e do contrato.

Por todo o exposto, não se verifica qualquer nulidade nos atos perpetrados pelo poder público, objeto do presente requerimento, o que nos leva a opinar pela total regularidade do processo de concorrência pública nº 001/2004, vez que cumpridos os princípios constitucionais da administração pública, em especial o da finalidade.

É o parecer.

Flavia Schoneboom Rietjens
Procuradora Jurídica

De acordo:

Nágila M. C. Lotierzo
Diretora Dpto. Jurídico

Diário Oficial - Estado de São Paulo
Poder Executivo I – Ministério Público
Volume 114 - Número 48
Sexta - Feira, 12 de março de 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHO SUPERIOR

AVISO Nº 54/2004 - C.S.M.P., DE 11/03/2004

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO avisa, nos termos do artigo 227 de seu Regimento Interno que, em reunião realizada em 09/03/2004, foram julgados os protocolados adiante relacionados, obtendo-se os resultados que seguem especificados:

HABITAÇÃO E URBANISMO
Protocol. Nº 04.625/04 - 2 vol. - 0Apensos/anexos
Moji Mirim
Interessados: Antonio Marino Brandão de Almeida, Celso Capato e Prefeitura Municipal de Holambra (Loteamento "Parque dos Ipês")
Assunto:Apuração de irregularidades na implantação de loteamento
Resultado: arquivamento homologado

MATRÍCULA Nº 59.473

REGISTRO DE IMÓVEIS
DA COMARCA DE MOGI MIRIM - S.P.

LIVRO 2 – REGISTRO GERAL

FICHA 01

IMÓVEL: A gleba de terras, resultante da unificação das glebas "B" e "C", da Secção "F", localizada no Parque dos Ypês, na Fazenda Ribeirão, no município de Holambra, desta comarca, com a área de 121.685,79 m², assim descrita: "inicia-se no ponto W 17 a, junto a divisa da **Estrada Municipal HBR 253** (com 10,00 metros de largura), Franciscus Groot e a área em questão; daí, segue rumo de 24°36'04"NW, e distância de 210,16 metros, até o ponto XIIa, confrontando com Franciscus Groot; daí, deflete a direita e segue rumo de 20°50'48"NE, e distância de 432,43 metros, até o ponto 3, confrontando com Josephus Leonardus Antonius Rietjens; daí, deflete a direita e segue o córrego Borda da Mata, águas acima, por uma distância de 147,81 metros, até o ponto 4; daí, deflete a direita e segue rumo de 14°30'10"SE, e distância de 14,59 metros, até o ponto 5; daí, deflete a direita e segue rumo de 06°58'30"SE, e distância de 148,50 metros, até o ponto 6; sendo que, do ponto 4 ao 6, confronta com **Rua Dr. Jorge Latour**; daí, deflete a direita e segue rumo de 76°14'40"SW, e distância de 88,26 metros até o ponto 7, confrontando com o Loteamento Jardim Flamboyant (Município de Holambra); daí, deflete a esquerda e segue rumo de 06°34'56"SE e distância de 406,68 metros, até o ponto 8, confrontando com as **Ruas Protéas e Azaléias**, quadras do referido loteamento, e Imobiliária Piloto SC. Ltda.; daí, deflete a direita e segue rumo de 83°17'18"SW, e distância de 194,26 metros, até o ponto inicial, confrontando com a Estrada Municipal HBR 253". Cadastro Municipal: 002.0037.0200/0300. Proprietário: **MUNICÍPIO DE HOLAMBRA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Alameda Maurício de Nassau, 444, CNPJ 67.172.437/0001-83. Registros anteriores: R-01, nas matrículas 51.326 e 52.073, datados de 16/05/97 e 11/09/97, respectivamente, deste Registro. Mogi Mirim, 20 de Agosto de 2002. O Escrevente, _____ (Edenilson José Faboci) - O Oficial Interino, _____ (Carlos Roberto Lopes). Prot. 157.620 - Micr. 25577.-

Registro nº 01 - Mogi Mirim, 12 de novembro de 2002. **LOTEAMENTO PARQUE DOS IPÊS**. Pelo requerimento do proprietário, MUNICÍPIO DE HOLAMBRA, datado de 11 de dezembro de 2001, com firma reconhecida, instruído com projeto aprovado pela Prefeitura do referido município, através do Decreto nº 406, de 30 de setembro de 2002, pelo GRAPROHAB, conforme certificado nº 307/2001, e demais repartições competentes, é feito o presente registro, para ficar constando que, o imóvel objeto desta matrícula, foi totalmente loteado, nos moldes da Lei nº 6.766, de 19/12/79 e demais disposições legais em vigor, sob a denominação de **LOTEAMENTO PARQUE DOS IPÊS**, com a área total de 121.685,79 m², com as seguintes características: 215 lotes, que ocupam a área de 46.509,49 m², sistema viário com 31.538,16 m², área institucional com 26.547,90 m² e área verde com 17.090,24 m²; certo que, o requerente exibiu certidão expedida em 25/09/2002, informando que o loteamento já em implantada todas as obras de infra-estrutura urbana, a saber: rede de água potável, rede coletora de esgoto, iluminação pública, rede de águas pluviais, guias, sarjetas e pavimentação. O Oficial Interino, _____ (Carlos Roberto Lopes) - Prot. 158.812. Microf. Nº 27.368.

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Processo n. 685/2004

DECISÃO

Acolho integralmente o parecer do Departamento Jurídico.

De fato, não se vislumbra qualquer ilegalidade ou irregularidade tanto nas cláusulas do contrato de compromisso de compra e venda dos lotes do bairro Parque dos Ipês quanto no procedimento adotado para retomada dos lotes dos promitentes compradores inadimplentes ou no processo de concorrência pública para venda dos mesmos.

Os contratos em questão são de ordem pública e devem ser cumpridos segundo suas cláusulas e determinações, nos termos da Lei.

Ademais, a própria inércia da requerente que não construiu, no prazo estipulado, habitação familiar, da qual declarou-se necessitada quando de sua habilitação, demonstra ausência de boa-fé contratual em sua execução, pois, mesmo tendo conhecimento de que a finalidade do Loteamento Popular era proporcionar moradia aos cidadãos de baixa renda que não possuíam imóveis, habilitou-se no processo, foi contemplado e não cumpriu com a finalidade do contrato, utilizando-se de tal expediente para especulação, em detrimento daqueles que cumpriram fielmente o contrato e contribuíram com as melhorias do Loteamento e para valorização do local, dando causa a desigualdades sociais.

É de se registrar que os contratos após a vigência do novo Código Civil devem primar pela finalidade social e boa fé, assim também como a propriedade, finalidade esta que foi desprezada pela requerente em detrimento da coletividade.

Da mesma forma a lei posterior que veio regulamentar a revenda dos imóveis, mantém a finalidade pública da anterior, pois os valores arredados com a revenda serão destinados

à implantação de novo loteamento popular. Destarte, não se verifica qualquer inconstitucionalidade da norma, ou mesmo do processo de Concorrência pública ora atacado.

Sendo assim, acolho os argumentos esposados em parecer jurídico, dando por regular o processo de concorrência pública n. 001/2004, para venda dos lotes do Bairro Parque dos Ipês e decidindo pela total improcedência do pedido objeto do presente procedimento administrativo.

Holambra, 20 de abril de 2004.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Holambra, 26 de abril de 2004.

Ao Protocolo.

Notifique-se e intime-se para ciência da decisão, deferindo-se a extração de cópias ao interessado.

Departamento Jurídico.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Oficio nº 031/2004-G.P.

- **Ref. Protocolo nº 1054 de 24 de março de 2004.**

Prezado Senhor,

Trata-se o presente de pedido de REVISÃO C/C RECONSIDERAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO, consubstanciado na concorrência pública nº001/2004, cujo objeto é a revenda de lotes do Bairro Parque dos Ipês, em específico o lote 04 da quadra I, no Município de Holambra-SP.

Diante do acima exposto, este Presidente em que pese s.m.j., entender que a matéria é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, buscou junto aquela municipalidade em especial junto ao Departamento Jurídico da Prefeitura a resposta para Vossa Senhoria e seus clientes, resposta esta que se faz anexa a este oficio.

Assim, fica Vossa Senhoria notificado do inteiro teor de suas respostas ora solicitadas, bem como fica fazendo parte integrante deste as cópias reprográficas anexas.

Sem mais para o presente, firmo com apreço e respeitosas considerações.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 19 de maio de 2004.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Ilustríssimo Senhor
ROBERTO LAFEYTHY LINO
Advogado- OAB/SP nº151.539
Artur Nogueira -SP

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

OFÍCIO Nº 200/04-GPM *HOLAMBRA, 14 de Maio de 2004.*

Senhor Presidente,

Encaminhamos à essa Colenda Casa de Leis as cópias inclusas, conforme solicitação.

Aproveitamos a oportunidade para externarmos nossa estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
MD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
HOLAMBRA-SP

PROTOCOLO
Nº de Ordem 1120
Fls. Nº 45 Livro Nº 009
Data 07 / 05 /2004
Secretaria

ILMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA/SP.

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA REVENDA DE LOTES URBANOS DO LOTEAMENTO PARQUE DOS YPËS E OUTROS.

JOÃO MOTA PEREIRA, brasileiro, casado, caseiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.414.256 e do CPF/MF nº 870.016.919-68, residente e domiciliado no Bairro Bairrinho s/nº - Artur Nogueira/SP - Cep.: 13.160-000, vem, à presença de V.Sa., informá-lo sobre os fatos apresentados nesta data junto a Prefeitura Municipal de Holambra - doc. anexo, bem como que sejam tomadas as medidas de praxe, visando o bem comum e aplicação da Lei e da Moralidade.

*Termos em que, **aguardando o que se pede, dentro do prazo legal previsto em Lei.***

P. Deferimento.

Holambra, aos 24 de março de 2.004.

João Mota Pereira

JOÃO MOTA PEREIRA

ROBERTO LAFFYTHY LINO
OAB/SP Nº 151.539

PROTOCOLO
Nº de Ordem 1054
Fls. Nº 42 Livro Nº 009
Data 24/03/2004
Secretaria

ILMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA/SP.

PROTOCOLO
Prefeitura Municipal Est. Tur. Holambra
Nº da Ordem 674/2004
Fls. nº _____ Livro nº _____
Ficha de entrada 24 de
Março de 2004
RECEBIDO POR

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA REVENDA DE LOTES URBANOS DO LOTEAMENTO PARQUE DOS YPËS E OUTROS.

JOÃO MOTA PEREIRA, brasileiro, casado, caseiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.414.256 e do CPF/MF nº 870.016.919-68, residente e domiciliado no Bairro Bairrinho s/nº - Artur Nogueira/SP - Cep.: 13.160-000, vem, à presença de V.Sa., face ao conhecimento, através de Jornal semanal desta cidade, de abertura de concorrência pública para revenda de lotes urbanos, dentre os quais está o seu lote - lote 04 da quadra I - Parque dos Ypês - Holambra, requerer **REVISÃO c/c RECONSIDERAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO** consubstanciado na citada CONCORRÊNCIA PÚBLICA, posto que nula de pleno direito, com *pedido de suspensão de seus atos praticados até a presente* data e os que possam vir a ser praticados, pedido este com base nos fatos abaixo elencados e no direito que ampara a requerente:

Que a requerente é proprietária de imóvel urbano localizado no Parque dos Ypês, sob o lote 04 da quadra I, compra esta havida por força do contrato celebrado em 18 de dezembro de 1.996 junto a Prefeitura Municipal de Holambra, sendo o pagamento pactuado naquela época, devidamente feito, nada devendo mais a referida Prefeitura - doc. incluso.

Posto isto, requer **REVISÃO c/c RECONSIDERAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO** *consubstanciado na citada CONCORRÊNCIA PÚBLICA, posto que* nula de pleno direito, com pedido de suspensão de seus atos praticados até a presente data e os que possam vir a ser praticados, concorrência esta COM A FINALIDADE DA REVENDA (confisco) DE LOTES URBANOS DESCRITOS NO JORNAL DA CIDADE DE HOLAMBRA E NO EDITAL DE CONCORRÊNCIA, visto que fere a norma Constitucional e processual, posto ser ilegal, afrontar o direito de propriedade, e ainda, pela falta de notificação ou intimação da parte para os atos praticados pela Prefeitura, na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, ora atacados, e que em ação própria serão analisados junto ao Juízo competente, visando a busca da verdade, moralidade, igualdade e JUSTIÇA!

Termos em que, aguardando o que se pede, dentro do prazo legal previsto em Lei.

P. Deferimento.

Holambra, aos 24 de março de 2.004.

João Hugo Mota Pereira

JOÃO MOTA PEREIRA

ROBERTO LAFFYTHY LINO
OAB/SP Nº 151.539

ILMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA/SP.

PROTOCOLO
Prefeitura Municipal Est. Tur. Holambra
N.º da Ordem 674/2004
Fls. n.º _____ Livro n.º _____
Data da entrada 24 de
Março de 2004
(RESPONSÁVEL)

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA REVENDA DE LOTES URBANOS DO LOTEAMENTO PARQUE DOS YPÊS E OUTROS.

JOÃO MOTA PEREIRA, brasileiro, casado, caseiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.414.256 e do CPF/MF nº 870.016.919-68, residente e domiciliado no Bairro Bairrinho s/nº - Artur Nogueira/SP - Cep.: 13.160-000, vem, à presença de V.Sa., face ao conhecimento, através de Jornal semanal desta cidade, de abertura de concorrência pública para revenda de lotes urbanos, dentre os quais está o seu lote - lote 04 da quadra I - Parque dos Ypês - Holambra, requerer **REVISÃO c/c RECONSIDERAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO** consubstanciado na citada CONCORRÊNCIA PÚBLICA, posto que nula de pleno direito, com *pedido de suspensão de seus atos praticados até a presente* data e os que possam vir a ser praticados, pedido este com base nos fatos abaixo elencados e no direito que ampara a requerente:

Que a requerente é proprietária de imóvel urbano localizado no Parque dos Ypês, sob o lote 04 da quadra I, compra esta havida por força do contrato celebrado em 18 de dezembro de 1.996 junto a Prefeitura Municipal de Holambra, sendo o pagamento pactuado naquela época, devidamente feito, nada devendo mais a referida Prefeitura - doc. incluso.

Recebi em 04/05/04
ASSINATURA

João Mota Pereira

Que através do Jornal da Cidade de Holambra, veio a saber que o seu imóvel estava sendo vendido por meio de concorrência pública, sem ao menos ter sido citada,notificada, ou informada sobre esta situação, vindo a saber posteriormente que tal atitude de embasava em no conteúdo do contrato de venda estabelecido entre as partes.

Daí provém falhas de ordem processual - notificação e concordância da parte, que por si só tornam a presente concorrência pública ilegal e passível de anulação na esfera judicial.

Além do mais o presente contrato fere a norma constitucional e o Direito de Propriedade, visto que não houve uma caridade a requerente, mas sim uma transação de compra e venda legal, originando deste ato a perfeição do negócio jurídico, ou seja, ato jurídico perfeito.

A cláusula de retomada do imóvel em caso de não construção no prazo estabelecido pode ser definida como nula, visto que não houve uma cessão condicionada, nem muito menos um contrato de comodato condicionado, mas sim um contrato de compra e venda totalmente válido e finalizado, ou seja, novamente esta presente a perfeição do negócio jurídico.

A Lei aprovada para este fim deixa dúvida sobre a finalidade social do motivo que originou a venda dos [illegible] desfavorável das pessoas que necessitam de lotes para a construção de suas casas, e abre margem para a comercialização imobiliária dos lotes descritos na matéria do jornal, ou seja, de forma hipotética, deveria ser os lotes erroneamente retomados, caso fosse legal tal medida, destinados a novo sorteio dentro das pessoas realmente necessitadas deste Município, tendo como base o estudo social feito pela Assistente Municipal de Holambra e não posto a venda para qualquer pessoa, nada importando a sua situação financeira e social.

Outro fato que deve ser abordado se deve a questão de que não houve retomada do imóvel por força judicial, mas sim através de promessa de que a pessoa teria, em tese, a prioridade no recebimento de outro lote quando da realização de outro loteamento, com suposto fim social - **absurdo**, ou seja, promessa constante do corpo de Lei Municipal, que fere a isonomia, igualdade, e moralidade entre as partes, e mais uma vez fere princípios constantes na Constituição Federal.

João Alt Soares

Posto isto, requer **REVISÃO c/c RECONSIDERAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO** *consubstanciado na citada CONCORRÊNCIA PÚBLICA, posto que* nula de pleno direito, com pedido de suspensão de seus atos praticados até a presente data e os que possam vir a ser praticados, concorrência esta COM A FINALIDADE DA REVENDA (confisco) DE LOTES URBANOS DESCRITOS NO JORNAL DA CIDADE DE HOLAMBRA E NO EDITAL DE CONCORRÊNCIA, visto que fere a norma Constitucional e processual, posto ser ilegal, afrontar o direito de propriedade, e ainda, pela falta de notificação ou intimação da parte para os atos praticados pela Prefeitura, na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, ora atacados, e que em ação própria serão analisados junto ao Juízo competente, visando a busca da verdade, moralidade, igualdade e **JUSTIÇA!**

Termos em que, aguardando o que se pede, dentro do prazo legal previsto em Lei.

P. Deferimento.

Holambra, aos 24 de março de 2.004.

JOÃO MOTA PEREIRA

ROBERTO LAFFYTHY LINO
OAB/SP Nº 151.539

PROCURAÇÃO

JOÃO MOTA PEREIRA, brasileiro, casado, caseiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.414.256 e do CPF/MF nº 870.016.919-68, residente e domiciliado no Bairro Bairinho s/nº - Artur Nogueira/SP - Cep.: 13.160-000, vem, pelo presente instrumento particular de procuração, que vai, datado e assinado, nomeia(m) e constitue(m) seu(s) bastante(s) procurador(es) o(s) advogado(s) ***ROBERTO LAFFYTHY LINO,*** brasileiro, advogado, OAB/SP nº 151.539, estabelecido na Rua 10 de Abril, nº 643, centro, no Município de Artur Nogueira/SP - Cep.: 13.160-000 - Tel.: (0xx19) 3877-4382 / 9774-4673, a quem confere(m) amplos poderes para o foro em geral, em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(s) nas contrárias, seguindo umas e outras até o final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para transigir, desistir, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, especialmente para apresentar pedido de [illegible] ***CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA REVENDA DE SEU IMÓVEL URBANO LOCALIZADO NO LOTEAMENTO PARQUE DOS YPÊS, na cidade de Holambra.***

ARTUR NOGUEIRA, AOS 22 DE MARÇO DE 2.004.

João Mota Pereira

JOÃO MOTA PEREIRA

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Departamento Jurídico.
Proc. n.º 674/2004

Holambra, 12 de abril de 2004.

Trata-se o presente de pedido de **REVISÃO C/C RECONSIDERAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO**, consubstanciado na concorrência pública nº001/2004, cujo objeto é a revenda de lotes do Bairro Parque dos Ipês, em específico o lote 04 da quadra I, no Município de Holambra – SP.

Sustenta o requerente ser proprietário de imóvel urbano localizado no Parque dos Ipês, designado como lote 04 da quadra I, compra esta efetuada por força do contrato celebrado em 18 de dezembro de 1996, junto à Prefeitura Municipal de Holambra, tendo efetuado o pagamento do lote na época, não devendo nada à referida Prefeitura.

Assevera que, através do jornal da Cidade de Holambra, tomou ciência de que o seu imóvel estaria sendo vendido por meio de concorrência pública, sem ao menos ter sido citada, notificada ou informada, e que tal atitude se embasava no conteúdo do contrato de venda estabelecido entre as partes.

Fundamenta que há falhas de ordem processual, como notificação e concordância da parte, que tornam a concorrência pública ilegal e passível de anulação na esfera judicial.

Acrescenta, ainda, que o "presente contrato" fere norma constitucional e o Direito de Propriedade, pois houve transação de compra e venda legal,

originando deste ato a perfeição do negócio jurídico, ou seja, ato jurídico perfeito.

E ainda, que a cláusula de retomada do imóvel em caso de não construção no prazo estabelecido pode ser definida como nula, visto que não houve cessão condicionada, nem muito menos um contrato de comodato condicionado, mas sim um contrato de compra e venda totalmente válido e finalizado, ou seja, novamente está presente a perfeição do negócio jurídico.

Esclarece ainda, que a Lei aprovada para este fim deixa dúvida sobre a finalidade social do motivo que originou a venda dos primeiros lotes, pois desfavorece as pessoas que necessitam dos lotes para as construções de suas casas, e ***abre margem para a comercialização imobiliária dos lotes, de forma hipotética, deveria ser os lotes erroneamente retomados, destinados a novo sorteio dentro das pessoas realmente necessitadas deste Município, tendo como base o estudo social feito pela Assistente Municipal de Holambra e não posto a venda para qualquer pessoa, nada importando a sua situação financeira e social.***

Finalmente, alega, não haver retomada do imóvel por força judicial, mas sim através de promessa de que a pessoa teria, em tese, a prioridade no recebimento de outro lote quando da realização de outro loteamento, com suposto fim social, absurdo, ou seja, promessa constante do corpo de Lei Municipal, que fere a isonomia, igualdade, e moralidade entre as partes, e mais uma vez fere princípios Constitucionais.

Tais atos, portanto, segundo a óptica do requerente, nulificam o processo administrativo de concorrência pública, pois a revenda em questão, tem

natureza de confisco, contrariando, assim, norma constitucional e processual, em afronta ao direito de propriedade.

É o relatório.

Em vista dos argumentos do requerente passamos a opinar:

Preambularmente, para que se possa formar a convicção de Vossa Excelência acerca do assunto e eventual nulidade no processo de retomada de lotes mediante rescisão dos contratos firmados com a administração pública, necessário se faz algumas digressões sobre a questão aqui aventada.

Em 19 de setembro de 1996, foi aprovada a Lei Complementar nº 063/1996, autorizando o Executivo Municipal a alienar lotes de terrenos constitutivos de Loteamento Popular, denominado Parque dos Ipês, mediante prévia seleção e compromisso de construção de habitações unifamiliares, conforme condições estabelecidas na citada lei.

Sobredita norma, em seu artigo 7º, I, estabelecia a previsão de **cláusula exorbitante** a ser firmada nos respectivos contratos de venda e compra constando a obrigação do adquirente do lote em construir habitação popular no lote objeto do contrato, conforme modelo aprovado pelas autoridades municipais, no prazo de 02 (dois) anos, contados da data de assinatura do compromisso de venda e compra, sob pena de rescisão da avença, conforme determina o inciso II do sobredito artigo.

Desta forma, foram elaborados devidamente as Minutas de Contrato de Compromisso de Compra e Venda com Cláusulas de Inalienabilidade e Retrocessão, ao qual aderiu o requerente em 18 de dezembro de 1996,

conforme consta do incluso instrumento, fazendo-se constar em sua Cláusula II e Parágrafo Primeiro, o seguinte:

> *CLÁUSULA II*
> *O PROMITENTE COMPRADOR, obriga-se neste ato a construção de habitação popular no lote objeto do presente, conforme modelo aprovado pelas autoridade municipais, no prazo de 02 (dois anos), contados da data da assinatura deste instrumento.*
>
> *Parágrafo 1º - O descumprimento da obrigação prevista nesta cláusula ensejará a rescisão imediata do presente instrumento, retornando o imóvel à Administração Pública e procedendo-se o previsto no art. 3º e parágrafos da Lei complementar n.º 063/96.*

Com efeito, como se demonstrará mais adiante, não se verifica qualquer nulidade na Cláusula avençada, tão pouco nos atos perpetrados pelo poder público Municipal, com intuito de retomada e revenda dos lotes, cuja condição acima entabulada não fora cumprida pelos promitentes compradores.

I – <u>Dos Contratos Administrativos – Cláusulas Exorbitantes – Inexistência de Nulidade:</u>

Contrato administrativo é o ajuste que a Administração Pública, agindo nessa qualidade, firma com particular ou outra entidade administrativa para a

consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria Administração.[1]

Tem por característica essencial, a participação da Administração com **supremacia de poder**, consistentes nas denominadas cláusulas exorbitantes, explícitas ou implícitas em todo contrato administrativo.

Assim esclarece o renomado doutrinador, Hely Lopes Meirelles, em sua citada obra, pág. 191:

> *Cláusulas exorbitantes são as que excedem do Direito Comum para consignar uma vantagem ou uma restituição à Administração ou ao contratado. A cláusula exorbitante não seria lícita num contrato privado, porque desigualaria as partes na execução do avençado,* ***mas é absolutamente válida no contrato administrativo, desde que decorrente de lei ou de princípios que regem a atividade administrativa, por que visa a estabelecer uma prerrogativa em favor de uma das partes para o perfeito atendimento do interesse público, que se sobrepõe sempre aos interesses particulares.***
>
> *As cláusulas exorbitantes podem consignar as mais diversas prerrogativas, no interesse do serviço público, tais como a ocupação do domínio público, o poder expropriatório e a atribuição de arrecadar tributos, concedidos ao particular contratado para a*

[1] Meirelles, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro* – São Paulo: Malheiros, 1998, pp 188.

> *cabal execução do contrato. Todavia* ***as principais são as que se exteriorizam na possibilidade de alteração e rescisão unilateral do contrato, no equilíbrio econômico e financeiro; na revisão de preços e tarifas; na inoponibilidade da exceção de contrato não cumprido****, no controle do contrato, na ocupação provisória e na aplicação de penalidades contratuais pela Administração.*

Assim, a inclusão de cláusulas que exorbitam as do direito comum, é perfeitamente possível e legal, pois que vêm embasadas na supremacia do poder público também denominado princípio da finalidade pública, que encontra amparo no art. 37, *caput,* da Carta Constitucional.

Nesse diapasão preleciona Maria Sylva Zanella Di Pietro[2]:

> *Supremacia do Interesse Público*
>
> *Esse princípio, também chamado de princípio da* ***finalidade pública****, está presente tanto no momento da* ***elaboração da lei*** *como no momento da sua execução em concreto pela Administração Pública. Ele inspira o* ***legislador*** *e vincula a autoridade administrativa em toda a sua atuação.*
>
> *No que diz respeito à sua influência na elaboração da lei, é oportuno lembrar que uma das distinções que se costuma fazer entre o direito privado e o direito*

[2] Di Pietro, M. S. Z. *Direito Administrativo.-17ed.*- São Paulo: Atlas, 2004, pp 68/69.

e que vincula a Administração em todas as suas decisões: o de que os ***interesse público têm supremacia sobre os individuais.***

Portanto, não há que se falar em nulidade da citada cláusula vez que amparada nos princípios gerais que regem a administração pública e que garantem a soberania do Estado Democrático de Direito.

Em que pese a rescisão unilateral dos contratos administrativos, como cláusula exorbitante é faculdade inerente à Administração, ainda que não previstas expressamente em lei ou contrato. Como elucida o citado autor (MEIRELES; 1998), *nenhum particular, ao contratar com a Administração, adquire direito à imutabilidade do contrato ou à sua execução integral ou ainda, às suas vantagens in specie, porque isto equivaleria a subordinar interesse público ao interesse privado do contratado.*

Portanto, o poder de modificação unilateral dos contratos administrativos, é preceito de ordem pública, irrenunciável e poderá ser exercido tanto na ocorrência de inadimplência por parte do contratante, quanto por interesse público justificável.

É bem lembrar que ocorrendo fato extintivo previsto na lei, regulamento ou contrato, dar-se-á a rescisão de pleno direito, independentemente de qualquer ato formal, ou decretação judicial, ou mesmo manifestação de vontade das partes.

No caso dos autos, o requerente comprometeu-se, através de contrato firmado com a administração, a adquirir o bem mediante obrigação de construção de

habitação unifamiliar, no prazo de dois anos, sob pena de rescisão de pleno direito.

O condão da norma legal, contrariamente da tese sustentada pelo requerente é a habitação popular para as famílias de baixa renda, que no município residiam há mais de 05 anos e não possuíam moradia.

Inobstante, decorrido o prazo legal e contratual, e passado mais de sete anos inerte, sem qualquer providência do requerente e de outros tantos contratantes, deferiu o poder público, como medida excepcional, prazo improrrogável de 90 dias para término das construções, assinando Termo de Ajuste com aqueles promitentes compradores, como foi o caso do requerente (doc.), o qual não foi cumprido no prazo avençado, resultando na rescisão de pleno direito do contrato.

Por tais motivos, a irresignação do requerente não procede. Além de descumprir as determinações legais e contratuais pelo prazo de sete anos, também quedou-se inerte quando da medida excepcional concedida pelo poder público, prorrogando o prazo por mais 90 dias para regularização da mora e inadimplência.

Por certo que, decorrido tal prazo sem as medidas previstas em lei, contrato e termo de ajuste, restou rescindido o contrato firmado de pleno direito, independente de aviso, notificação ou qualquer medida judicial.

Tal situação, como já destacado nos ensinamentos acima, não constitui abuso de direito ou quaisquer afronta aos princípios constitucionais, como argumenta em sua tese o requerente, mas medida de interesse público justificável, já que a promessa de compra e venda foi concedida ao requerente mediante

cumprimento de cláusulas especiais, condicionada a destinação social da propriedade na forma que determina a própria Carta Maior.

Se há, portanto, ferimento das normas constitucionais, estas se deram pelos promitentes compradores, inadimplentes, que deixaram de cumprir o avençado, ferindo o princípio da função social da propriedade, em detrimento da coletividade e dos interesses de outros munícipes carentes, que foram preteridos na ordem de escolha, dando preferencia a outros tantos, que desprezaram o benefício concedido, deixando de cumprir a finalidade pública da norma: construção de habitação para família.

Oportuno destacar, que os contratos ora atacados em suas cláusulas, fazem parte do processo de Loteamento Popular do Parque dos Ipês, que já passaram pelo crivo do Registro Público, como também do Ministério Público, junto ao procedimento 04.625/04, encontrando-se devidamente Registrado através da Matrícula 59.473 e homologado (docs.)

Sendo assim, causa estranheza a irresignação do requerente somente agora, insurgido-se contra os termos contratuais, quando teve ciência de todos os atos e mesmo assim quedou-se inerte, vindo a assinar todos os termos de contrato, dando causa à rescisão.

II- Do Princípio da boa-fé e função social do contrato (da especulação):

O novo Código Civil, estabelece expressamente que os contratantes são obrigados a guardar, durante e após a conclusão do contrato, princípios de probidade e boa-fé (artigo 422).

Trata-se de mais uma inovação da norma, visando proteger o princípio da boa-fé objetiva, cujos efeitos estendem-se também aos contratos praticados antes da vigência do novo código, cujos efeitos continuaram após a sua promulgação.

Assim, desde o início de vigência do contrato, as partes devem manter espírito de lealdade, cumprindo suas obrigações nos moldes pactuados, objetivando a realização dos fins econômicos e sociais do contrato, para que a extinção não provoque situações de desigualdades tanto entre os contratantes quanto à coletividade.

Veja, portanto, que não se trata apenas de lealdade entre as partes, mas de cumprimento da ordem econômica e social do contrato, limitando a liberdade de contratar ao princípio da função social que ocupa na sociedade.

Sobre a questão esclarece brilhante escólio de Daniel Martins Boulos[3]:

> *"...o princípio da função social do contrato é a pedra angular do novo Direito contratual brasileiro a partir da entrada de 11 de janeiro de 2003 e, inclusive, com relação àqueles assinados anteriormente a sua entrada em vigor (desde que continuem a gerar efeitos após essa data).*
> *Como já referido, o contrato é instrumento, por excelência, das forças (econômicas) de bens e serviços na sociedade, de colaboração entre as pessoas e de promoção do progresso. Trata-se,*

[3] Aspectos Controvertidos do novo código civil: escritos em homenagem ao Ministro José Carlos Moreira Alves/ coordenadores Arruda Alvim, Joaquim Portes de Cerqueira César, Roberto Rosas; apresentação Arruda Alvim. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunias, 2003, pp129.

> *portanto, de um instrumento jurídico que, em última análise, promove e assegura a circulação de riquezas na sociedade. Essas as funções primordiais do contrato.* ***E se a propriedade deve, hoje, atender a uma função social, também o contrato, como meio, por excelência, de promover o exercício e a transferência do direito de propriedade*** *(daí ponto de contato existente entre o contrato e a propriedade) deve estar submetido à função social.*
>
> *Outro ponto que deve ser ressaltado, embora já mencionado, é que o legislador atribuiu à norma contida no art. 421 a característica de norma de ordem pública (art. 2.035, parágrafo único), vale dizer,* ***inderrogável pelo simples querer das partes.*** *A função social do contrato, nesta perspectiva, é princípio basilar do Direito dos Contratos e atende aos interesses da sociedade considerada em sua totalidade.(45)*[4]

Logo, em se tratando de preceito de ordem pública, o interesse da sociedade coletivamente considerada, sobressairá a qualquer outro interesse.

E conclui o autor:

---

[4] (45) nota do autor: Segundo Carlos Maximiliano "a distinção entre as prescrições de ordem pública e de ordem privada consiste no seguinte: entre as primeiras o interesse da sociedade coletivamente considerada sobreleva a tudo, a tutela do mesmo constitui o fim principal do preceito obrigatório; é evidente que apenas de modo indireto a norma aproveita os cidadãos isolados, porque inspira antes no bem da comunidade do que no indivíduo; e quando o preceito é de ordem privada sucede o contrário: só indiretamente serve o interesse público, à sociedade considerada em seu conjunto; a proteção do direito do indivíduo constitui o objetivo primordial"(Hermenêutica e aplicação do direito. 19. ed. Forense, n.º 251, p.176).

> *Consequentemente, qualquer disposição contratual que atente contra o princípio da função social do contrato ou contra as demais normas que o asseguram carece de valor, pois incompatível com a norma contida no artigo ora comentado, que, como se disse, é de imperatividade absoluta. Aliás o próprio Código Civil, de 2002, no inciso VI do artigo 166, fulmina de nulidade o negocio jurídico que "tiver por objetivo fraudar lei imperativa, como é a norma contida no artigo 421, ora analisado.*

Veja, portanto, que ainda que se pretendesse perquirir sobre eventual interesse privado no contrato firmado, seus efeitos após o vigor da nova Codificação ficam condicionados a função social do contrato que é norma de ordem pública.

Tais argumentos, são trazidos à colação, para afastar qualquer dúvida quanto aos direitos aqui tutelados. São eles de ordem pública, não podendo admitir qualquer pretensão que não seja aquela prevista na norma imperativa, ora atacada.

No caso em exame, resta evidente que a pretensão do requerente em ver anulado ato público, para fins de garantir propriedade particular, propriedade esta, segundo a tese do requerente, assegurada por promessa de compra e venda, (ato jurídico perfeito), é absolutamente descabida e inadequada.

Primeiro, porque, como já explanado acima, o contrato firmado é de ordem pública e não foi cumprido segundo suas cláusulas e determinações.

Segundo porque, ainda que seus efeitos venham a atingir direito privado, sua execução se subordina a preceitos também de ordem pública, quais sejam a função social do contrato, que diga-se e afirma-se, não foi cumprido, ferindo também os preceitos de boa-fé, pois o requerente, mesmo sabedor que o era desde a assinatura do termo, que a finalidade do Loteamento Popular era proporcionar moradia aos cidadãos de baixa renda que não possuíam imóveis, habilitou-se no processo, foi contemplado e não cumpriu com a finalidade do contrato, utilizando-se de tal expediente para especulação, acreditando que seu direito de propriedade era absoluto, em detrimento daqueles que cumpriram fielmente o contrato, pagaram seus impostos, contribuíram com as melhorias do Loteamento, para valorização do local, situação esta que tornou o Parque dos Ipês, um dos melhores locais de moradia da cidade.

Mas não foi só isso, além de causar desigualdades entre todos os beneficiários do Loteamento Popular, infringindo preceito de ordem pública, também o fez em relação àqueles que foram preteridos, pois outros inscritos ao programa, deixaram de ser contemplados, pela preferência dada ao requerente, que não se utilizou do bem para a finalidade social prevista.

Veja, portanto, que há no caso em exame, quebra de todos os princípios aqui destacados, pois não agiu o requerente com a boa-fé no cumprimento do contrato, dando causa a desigualdades sociais, e ainda atentando contra a finalidade pública almejada com a citada Lei.

IV – Do Princípio da Função Social da Propriedade:

O novo Código Civil, além de fixar a função da social do contrato, também o fez, em consonância com a própria carta Constitucional, em relação a

propriedade, retroagindo os efeitos da nova norma aos negócios que contrariassem os preceitos de ordem pública, assegurando assim a função social da propriedade, em seu artigo 2.035 e Parágrafo único.

Segundo a doutrina sobre o tema, tem-se por função social da propriedade o poder de dar destinação certa AO OBJETO DA PROPRIEDADE, no caso destinação social. Decorre daí, que o objetivo da propriedade deverá estar harmonizado com os interesses da coletividade, e quando isso não ocorre se submeterá a uma sanção de ordem pública.

Assim, enquanto os interesses individuais se harmonizarem com os interesses públicos, a propriedade preservará os preceitos de direito absoluto. Contudo, havendo dissonância entre ambos, receberá a sanção de ordem pública, que poderá se culminar inclusive com a perda da propriedade.

A própria Constituição Federal, ao tratar da Ordem Econômica, (art. 170), elevou a função social da propriedade e a propriedade privada a princípios de ordem econômica, devendo coexistir com a mesma harmonia, importância e hierarquia.

Em suma, os atos atacados encontram respaldo na ordem constitucional, e na Lei Civil.

No que toca a inconstitucionalidade da norma recém aprovada, melhor razão assiste ao requerente. Os valores arrecadados com os lotes, como determina a norma imperativa, destina-se a aquisição de propriedade para implantação de novo Loteamento, situação esta que viabilizará cerca de 200 habitações para população carente.

Ademais, não seria justo que se mantivesse pelo poder público todas as condições anteriormente previstas na Lei n. 063/1996, para processo de revenda, vez que, como se sabe, foram inúmeros os investimentos efetivados no Loteamento, tanto de seus adquirentes quanto do poder público, o que acabou por valorizar a área e especialmente seus lotes. De tal forma, desigualdade seria se o processo de revenda ocorresse agora, em prejuízo daqueles que há sete anos vêm cumprindo com suas obrigações, investindo seus parcos rendimentos no Loteamento, enquanto que outros já obteriam o empreendimento pronto, ao mesmo preço e custo do que praticado no seu lançamento.

Além do mais, os terrenos retomados foram alienados ao preço atual de mercado, já que todas as chances foram dadas aos promitentes compradores inadimplentes para que construíssem o imóvel de residência, o que proporcionará ao Município fundos para abertura de novo loteamento Popular, e novos investimentos na área de habitação, para população carente do Município que ainda não teve a oportunidade da casa própria.

Por outro lado, não se verifica qualquer desigualdade criada pela nova Lei n. 492/2003, ao deferir a possibilidade de habilitação no novo empreendimento popular aos que tiveram seus lotes retomados.

De fato, o texto original eviado pelo Executivo não continha tal possibilidade, todavia foram introduzidas emendas pelos legisladores municipais, no intuito de possibilitar uma nova oportunidade para os inertes.

É próprio da nossa cultura *tupiniquim*, dilatar prazos e conceder novas oportunidades. Não se trata de desigualdade, mas de beneplácito concedido pelo próprio legislador, em conceder mais uma chance para aqueles que já

haviam passado por processo de escolha, e foram já foram penalizados pela sua inércia, mas teve a cautela no § segundo do artigo quarto, se fazer manter os mesmos requisitos da lei anterior..

A desigualdade que trata a norma do artigo 5°, é aquela que distingue os iguais, o que se veda são diferenciações arbitrárias, as discriminações absurdas, pois os tratamentos desiguais dos casos desiguais, à medida que se desigualam, é inerente ao conceito da própria Justiça.

Não obstante, como ainda não se verificou qualquer efeito concreto da nova norma no que tange ao processo de escolha, nada obsta que a mesma possa vir a ser modificada posteriormente, no sentido de melhor se adequar aos conceitos de justiça. O que importa, é que no caso concreto desses autos, nada acrescentou a previsão do dispositivo atacado, pois o condão da norma foi somente regulamentar o processo de venda dos lotes em conformidade com a lei de licitações, possibilitando o Executivo angariar fundos que terão destinação certa para a mesma finalidade o que beneficiará uma grande parcela da população carente do município, ainda não contemplada ao programa de moradia, à aquisição de imóvel, a baixo custo, para construção de habitação ifamiliares.

Por derradeiro convém destacar, que o atos praticados pelo poder público, tiveram sua causa pela inércia dos promitentes compradores, em não fazer aquilo que em lei se determinou e em contrato se obrigou.

O Prefeito municipal, ao seu turno, desde o início de sua administração convocou os promitentes dos lotes do bairro Parque dos Ipês que se encontravam em situação irregular, a dar início às obras para cumprimento do

contrato, dilatando os prazos até 2003, quando finalmente, após deferido mais noventa dias de prazo, foram rescindidos os contratos e retomados os lotes.

É fato inconteste, portanto, que houve desinteresse pelo ora requerente em dar andamento e cumprimento ao contrato, mesmo após as inúmeras oportunidades deferidas pelo poder público.

Sendo assim, não pode a administração municipal prestigiar a inércia e a incúria em prejuízo dos moradores, que também passaram por inúmeras dificuldades e mesmo assim, cumpriram fielmente a finalidade da lei e do contrato.

Por todo o exposto, não se verifica qualquer nulidade nos atos perpetrados pelo poder público, objeto do presente requerimento, o que nos leva a opinar pela total regularidade do processo de concorrência pública nº 001/2004, vez que cumpridos os princípios constitucionais da administração pública, em especial o da finalidade.

É o parecer.

Flavia Schoneboom Rietjens
Procuradora Jurídica

De acordo:

Nágila M. C. Lotierzo
Diretora Dpto. Jurídico

Diário Oficial - Estado de São Paulo
Poder Executivo I – Ministério Público
Volume 114 - Número 48
Sexta - Feira, 12 de março de 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHO SUPERIOR

AVISO Nº 54/2004 - C.S.M.P., DE 11/03/2004
O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO avisa, nos termos do artigo 227 de seu Regimento Interno que, em reunião realizada em 09/03/2004, foram julgados os protocolados adiante relacionados, obtendo-se os resultados que seguem especificados:

HABITAÇÃO E URBANISMO
Protocol. Nº 04.625/04 - 2 vol. - 0Apensos/anexos Moji Mirim
Interessados: Antonio Marino Brandão de Almeida, Celso Capato e Prefeitura Municipal de Holambra (Loteamento "Parque dos Ipês")
Assunto:Apuração de irregularidades na implantação de loteamento
Resultado: arquivamento homologado

MATRÍCULA Nº 59.473

REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MOGI MIRIM - S.P.

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

FICHA 01

IMÓVEL: A gleba de terras, resultante da unificação das glebas "B" e "C", da Secção "F", localizada no Parque dos Ypês, na Fazenda Ribeirão, no município de Holambra, desta comarca, com a área de 121.685,79 m², assim descrita: "inicia-se no ponto W 17 a, junto a divisa da **Estrada Municipal HBR 253** (com 10,00 metros de largura), Franciscus Groot e a área em questão; daí, segue rumo de 24°36'04"NW, e distância de 210,16 metros, até o ponto XIIa, confrontando com Franciscus Groot; daí, deflete a direita e segue rumo de 20°50'48"NE, e distância de 432,43 metros, até o ponto 3, confrontando com Josephus Leonardus Antonius Rietjens; daí, deflete a direita e segue o córrego Borda da Mata, águas acima, por uma distância de 147,81 metros, até o ponto 4; daí, deflete a direita e segue rumo de 14°30'10"SE, e distância de 14,59 metros, até o ponto 5; daí, deflete a direita e segue rumo de 06°58'30"SE, e distância de 148,50 metros, até o ponto 6; sendo que, do ponto 4 ao 6, confronta com **Rua Dr. Jorge Latour**; daí, deflete a direita e segue rumo de 76°14'40"SW, e distância de 88,26 metros até o ponto 7, confrontando com o Loteamento Jardim Flamboyant (Município de Holambra); daí, deflete a esquerda e segue rumo de 06°34'56"SE e distância de 406,68 metros, até o ponto 8, confrontando com as **Ruas Protéas e Azaléias**, quadras do referido loteamento, e Imobiliária Pibto SC. Ltda.; daí, deflete a direita e segue rumo de 83°17'18"SW, e distância de 194,26 metros, até o ponto inicial, confrontando com a Estrada Municipal HBR 253". Cadastro Municipal: 002.0037.0200/0300. Proprietário: **MUNICÍPIO DE HOLAMBRA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Alameda Maurício de Nassau, 441, CNPJ 67.172.437/0001-83. Registros anteriores: R-01, nas matrículas 51.326 e 52.073, datados de 16/05/97 e 11/09/97, respectivamente, deste Registro. Mogi Mirim, 20 de Agosto de 2002. O Escrevente, _____ (Edenilson José Faboci) - O Oficial Interino, _____ (Carlos Roberto Lopes). Prot. 157.620 - Micr. 25577.-

Registro nº 01 - Mogi Mirim, 12 de novembro de 2002. **LOTEAMENTO PARQUE DOS IPÊS**. Pelo requerimento do proprietário, MUNICÍPIO DE HOLAMBRA, datado de 11 de dezembro de 2001, com firma reconhecida, instruído com projeto aprovado pela Prefeitura do referido município, através do Decreto nº 406, de 30 de setembro de 2002, pelo GRAPROHAB, conforme certificado nº 307/2001, e demais repartições competentes, é feito o presente registro, para ficar constando que, o imóvel objeto desta matrícula, foi totalmente loteado, nos moldes da Lei nº 6.766, de 19/12/79 e demais disposições legais em vigor, sob a denominação de **LOTEAMENTO PARQUE DOS IPÊS**, com a área total de 121.685,79 m², com as seguintes características: 215 lotes, que ocupam a área de 46.509,49 m², sistema viário com 31.538,16 m², área institucional com 26.547,90 m² e área verde com 17.090,24 m²; certo que, o requerente exibiu certidão expedida em 25/09/2002, informando que o loteamento já têm implantada todas as obras de infra-estrutura urbana, a saber: rede de água potável, rede coletora de esgoto, iluminação pública, rede de águas pluviais, guias, sarjetas e pavimentação. O Oficial Interino, _____ (Carlos Roberto Lopes) - Prot. 158.812. Microf. Nº 27.368.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Processo n. 674/2004

DECISÃO

Acolho integralmente o parecer do Departamento Jurídico.

De fato, não se vislumbra qualquer ilegalidade ou irregularidade tanto nas cláusulas do contrato de compromisso de compra e venda dos lotes do bairro Parque dos Ipês quanto no procedimento adotado para retomada dos lotes dos promitentes compradores inadimplentes ou no processo de concorrência pública para venda dos mesmos.

Os contratos em questão são de ordem pública e devem ser cumpridos segundo suas cláusulas e determinações, nos termos da Lei.

Ademais, a própria inércia do requerente que não construiu, no prazo estipulado, habitação familiar, da qual declarou-se necessitado quando de sua habilitação, demonstra ausência de boa-fé contratual em sua execução, pois, mesmo tendo conhecimento de que a finalidade do Loteamento Popular era proporcionar moradia aos cidadãos de baixa renda que não possuíam imóveis, habilitou-se no processo, foi contemplado e não cumpriu com a finalidade do contrato, utilizando-se de tal expediente para especulação, em detrimento daqueles que cumpriram fielmente o contrato e contribuíram com as melhorias do Loteamento e para valorização do local, dando causa a desigualdades sociais.

É de se registrar que os contratos após a vigência do novo Código Civil devem primar pela finalidade social e boa fé, assim também como a propriedade, finalidade esta que foi desprezada pelo requerente em detrimento da coletividade.

Da mesma forma a lei posterior que veio regulamentar a revenda dos imóveis, mantém a finalidade pública da anterior, pois os valores arredados com a revenda serão destinados

à implantação de novo loteamento popular. Destarte, não se verifica qualquer inconstitucionalidade da norma, ou mesmo do processo de Concorrência pública ora atacado.

Sendo assim, acolho os argumentos esposados em parecer jurídico, dando por regular o processo de concorrência pública n. 001/2004, para venda dos lotes do bairro Parque dos Ipês e decidindo pela total improcedência do pedido objeto do presente procedimento administrativo.

Holambra, 20 de abril de 2004.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Holambra, 26 de abril de 2004.

Ao Protocolo.

Notifique-se e intime-se para ciência da decisão, deferindo-se a extração de cópias ao interessado.

Departamento Jurídico.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 032/2004-GP Estância Turística de Holambra , 19 de maio de 2004.

Prezada Senhora,

Na qualidade de Presidente desta Casa de Leis, venho passar ás mãos de Vossa Senhoria e demais membros desta ONG, cópia da Lei nº 501 de 13 de maio de 2004, "Declara de utilidade pública a Ong "Doe Vida".

Sem mais para o presente, aproveitamos a oportunidade de externarmos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Ilustríssima Senhora
IZILDA CRISTINA REINELT
Presidente da ONG – "DOE VIDA"
Estância Turística de Holambra.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 030/2004-GP Estância Turística de Holambra , 26 de abril de 2004.

Prezado Senhor,

Na qualidade de Presidente desta Casa de Leis, temos o prazer de acusar o recebimento do Ofício nº07, datado em 14 de abril de 2004, informando os nomes da nova Diretoria.

Desejo a Vossa Excelência e novos membros, todo sucesso nessa nova empreitada frente á Associação Comercial, tendo a certeza que V.Exª e demais membros, irão exercer um excelente mandato, isto é o que lhes desejo.

Subscrevemos-nos com respeito e admiração.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Excelentíssimo Senhor
ANTONIO JOHANNES GERALDO HULSHOF
Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Holambra
Estância Turística de Holambra.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

FILIADA À FACESP
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL
ACIAH HOLAMBRA

Holambra, 14 de abril de 2004

Oficio nº 07

Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Marcel de Souza Campos

Venho por meio deste informar os nomes de todos aqueles que fazem parte da nova Diretoria da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Holambra, para o Biênio 2004/2005, assim segue Diretoria e Conselho Deliberativo.

Diretoria
Presidente: Antonio Johannes Geraldo Hulshof
1º Vice Presidente: Oduvaldo da Silva Pinto
2º Vice Presidente: Elisabeth Ana de Wit Bijkerk
1º Tesoureiro: Ralf Brunhani
2º Tesoureiro: Fábio Antonio Lobo
1º Secretário: Roberto Pedro Van Den Broek
2º Secretário: Janini Aparecida de Almeida
Diretor de Patrimônio: Osmar Cândido Alves
Diretor Social: Marcus Guilherme Klein Gunnewiek

Conselho Deliberativo
Presidente: Geraldo João de Bruin
Vice-Presidente: Enivaldo Antonio Lobo
1º Secretário:Kelly Rejane Acencio Siepman
2º Secretário: Alcione Gregório Wagemaker
Ouvidoria e Ex-Presidentes: Pedro Luis Colussi Ângelo
Ronaldo Eduardo Maria Graat
Vânia Franco Shiomi Renzo
Gilberto Guilherme José Wigman

Sem mais para o momento, estamos a disposição.

Cordialmente,

Antonio Hulshof
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 029/2004-GP Estância Turística de Holambra , 26 de abril de 2004.

Prezado Senhor,

Na qualidade de Presidente desta Casa de Leis, venho passar ás mãos de Vossa Senhoria e demais membros deste Conselho Projeto de Lei nº45/2003,que dispõe sobre loteamento fechado do Município de Holambra e dá outras providências para que possam analisar e nos encaminhar um parecer a respeito.

No aguardo, aproveitamos a oportunidade de externarmos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Excelentíssimo Senhor
FRANCISCO ALBERTO DE ALMEIDA
Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano-CMDU
Estância Turística de Holambra.

DESTINATÁRIO Ilustríssimo Senhor Francisco Alberto de	
RUA almeida - CMDU	Nº
DISCRIMINAÇÃO Ofício nº 029/2004-G.P. Enc. Proj. Lei nº 45/2003- Encaminhar Parecer	RECEBIDO EM 22/04/04 Vânia do Nascimento
REMETIDO EM 22 DE abril DE 2004	ASSINATURA OU CARIMBO

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 086/04 *Estância Turística de Holambra, 22 de abril de 2004.*

Prezado Senhor,

Cumpre-nos encaminhar a Vossa Senhoria ***Moção nº 009/2004,*** *de autoria do Vereador José Marcos de Souza, a qual foi apresentada e aprovada por unanimidade em sessão ordinária realizada aos 20 de abril p.p., deste Legislativo.*

Aproveitamos o ensejo para externarmos a Vossa Senhoria, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Ilustríssimo Senhor
JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
DD.Major da PM da 2° CIA do 26° BMI

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 028/2004-GP Estância Turística de Holambra , 13 de abril de 2004.

Senhor Prefeito,

Na qualidade de Presidente desta Casa de Leis, venho passar às mãos de Vossa Excelência, conforme solicitado em Ofício nº122/04-GPM, datado em 26 de março de 2004, cópia da Portaria nº008/2004 de 8 de abril de 2004, que "Nomeia Comissão de Assuntos Relevantes, para fim que especifica".

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade de externarmos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Excelentíssimo Senhor
CELSO CAPATO
DD.Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

OFÍCIO Nº 122/04-GPM *HOLAMBRA, 26 de Março de 2004*

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Visando dirimir quaisquer dúvidas pertinentes ao Processos Licitatórios de nº TP 008/02; TP nº 010/02, Convite nº 021/02 e Convite nº 005/02, e conforme entendimentos verbais mantidos anteriormente com Vossa Excelência, vimos pelo presente, formalizar a solicitação de que seja nomeada uma Comissão por parte desta Nobre Casa para a confrontação dos processos originais referentes aos Processos Licitatórios em questão, a fim de que sejam confrontadas com as cópias enviadas na data de 03 de março do corrente.

Ressaltamos, que todos os pedidos pessoais do Senhor Vereador André Graat, foram prontamente deferidos, e que conforme consta do requerimento pessoal do Senhor Vereador de nº 479/2004 datado de 19/02/2004, solicitando vista ou cópia dos processos indicados, prontamente deferido lhe foi facultado a vista nos processos em questão, após a comunicação de que o mesmo poderia escolher o dia e a hora que melhor lhe aprouvesse para dar vista aos processos, o mesmo apresentou o Requerimento de nº 496/2004 de 20/02/2004, também prontamente deferido, comunicando que o mesmo estaria vindo até esta Prefeitura Municipal na data de 26/02/2004 às 09:00 horas acompanhado de um técnico para a verificação "in loco" dos referidos processos.

Tendo em vista, que o Nobre Vereador, compareceu a esta Prefeitura Municipal no dia e hora marcados, mas acompanhado da Sra. Margarete Groot e Renato Wagemaker, pessoas que sabidamente não são técnicos para analisarem os processos licitatórios, posto isso, resolveu este Chefe do Executivo levar pessoalmente as cópias na íntegra de todos os processos licitatórios solicitados durante a Sessão da Câmara Municipal realizada na data de 03 de março do corrente, para serem entregues a quem de direito. Entretanto, na data de 05/03/2004 através do protocolo de nº 577/2004 o Nobre Vereador, solicitou uma Certidão de Inteiro Teor, ou a reprodução de todas as peças dos citados processos, requerimento este respondido através do Ofício nº 106/04-GPM e protocolado nesta Casa de Leis sob nº 1048 de 10/03/2004.

Diante dos fatos expostos, solicitamos que Vossa Excelência tome as providências necessárias para que seja nomeada a comissão, marcando dia e horário para a confrontação dos referidos processos.

Certos de podermos contar com a sua atenção, aproveitamos a oportunidade para reiterarmos os mais elevados votos de estima e consideração.

Respeitosamente,

CELSO GAPATO
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
MARCEL DONIZETE DE SOUZA CAMPOS
MD. PRESIDENTE DA CÂMARA
Holambra - SP

PROTOCOLO
Nº de Ordem 1068
Fls. Nº 43 Livro Nº 003
Data 05 / 04 / 2004
Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

- Segunda-feira, 08 de março de 2004.

Ofício nº 025/2004 – G.P.

Ilustríssima Senhora,

Com meus respeitosos cumprimentos na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, usando das atribuições que a mim são conferidas pela legislação pertinente, através do presente, tenho a satisfação de me dirigir à Vossa Senhoria, para informar-lhe o quanto segue:

A principio é de se esclarecer a Vossa Senhoria que por deliberação desta Presidência ***somente estão autorizados a solicitarem a emissão de PARECERES, por este conceituado órgão esta Presidência, que abaixo subscreve e ou o Assessor Jurídico desta Casa, o Dr. JOÃO BATISTA COSTA,*** toda e qualquer solicitação por parte de integrantes desta Casa deverá passar pelo crivo seja deste Presidente seja do Assessor Jurídico desta Câmara Municipal.

Sem mais para o momento, envio-lhe as minhas homenagens de sinceros votos de agradecimentos, elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

MARCEL DONIZETE DE SOUZA CAMPOS
DD. Presidente da Câmara Municipal

Ilma. Srª.
Drª. RACHEL FARHI
Departamento Jurídico
IBAM

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

- Segunda-feira, 1º de março de 2004.

Ofício nº 022/2004 – G.P.

Ilustríssimo Senhor,

Com meus respeitosos cumprimentos na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, usando das atribuições que a mim são conferidas pela legislação pertinente, através do presente, tenho a satisfação de me dirigir à Vossa Senhoria, para informar-lhe o quanto segue:

A principio é de se esclarecer a Vossa Senhoria que a pessoa a quem possa e deva fazer tal requerimento deva ser o Presidente deste conceituado Sindicato, porém como Vossa Senhoria em suas alusões também deu a entender que poderia esta requerendo em nome próprio haja visto ser funcionário público municipal e interessado na presente matéria, tenho a informar que tal solicitação deva se dar junto ao Departamento competente da municipalidade, vez que foi quem na época implantou tal modificação, devendo por tanto aquele órgão possuir todos os tramites que se fizeram necessários.

O que posso te informar e fornecer é uma cópia da Lei Complementar nº 054, de 26 de setembro de 1996, cópia anexa.

Diante do acima exposto, espero ter de forma cordial respondido a justa solicitação de Vossa Senhoria.

Sem mais para o momento, envio-lhe as minhas homenagens de sinceros votos de agradecimentos, de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

MARCEL DONIZETE DE SOUZA CAMPOS
DD. Presidente da Câmara Municipal

Recebi
em 02/04/04

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

3827-4719

SITMANHEC

Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos das Câmaras Municipais, autarquias, Fundações e Prefeituras de Artur Nogueira, Engenheiro Coelho e Holambra

CNPJ: 00373473/0001-34

SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS ARTUR NOGUEIRA, HOLAMBRA E ENGº COELHO

REQUERIMENTO nº 004/004

M.D MARCEL DE SOUZA CAMPOS (Presidente da Câmara Municipal de Holambra)

Eu Luis Carlos Teodoro membro do Conselho de representantes junto a federação (FUPESP) e Suplente da Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores e Servidores das Câmaras Municipais Autarquias, Fundações e Prefeituras de Artur Nogueira, Engenheiro Coelho e Holambra, portanto representante legítimo dos servidores desta Municipalidade ou mesmo como funcionário efetivo e concursado venho requerer junto ao senhor Presidente da Câmara de Holambra explicações a respeito do nosso regime trabalhista.

Nós servidores desta Municipalidade trabalhamos sobre regime estatutário e em nenhum momento fomos informados da mudança, não á registro de assinaturas dos funcionários para legitimar o regime e tão pouco houve a participação dos trabalhadores na mudaça do CLT para o regime estatutário. Portanto venho pedir a vossa senhoria cópias da lei que autoriza a mudança.

Certo que o Senhor Presidente tudo fará para nos orientar para tal mudança, elevo meus protestos de estima e consideração.

Nestes termos
P/ Deferimento

Artur Nogueira, 19 de Janeiro de 2004

PROTOCOLO
Nº de Ordem 993
Fls. Nº 40 Livro Nº 009
Data 20/01/04
Secretaria

Luiz Carlos Teodoro
Diretoria/Executiva

SITMANHEC

Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos das Câmaras Municipais, Autarquias e Fundações e Prefeituras de Artur Nogueira, Engenheiro Coelho e Holambra.

ÓRGÃO DE 1. GRAU C.N.P.J 00373473/0001-34

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA REALIZADA EM 05/12/2003

As 20:30 Horas do dia cinco de dezembro do ano de Dois Mil e Três, na sede social do Sindicato dos funcionários e servidores Públicos das Câmaras Municipais e Autarquias e Prefeituras de Artur Nogueira, Engenheiro Coelho e Holambra reuniram – se os senhores Diretores, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia.

a) Fechamento da sede dos dias 22/12/2003 á 02/01/2004
b) A contratação de advogado
c) Alteração da Diretoria e Conselho Fiscal

O Presidente do Sindicato no uso de suas atribuições estatutárias convocou o senhor **Edmilson José Tagliari**, para atuar como secretário dos trabalho, devido a ausência do secretário Geral **José Wilker Torres Ferreira**, o senhor Edmilson aceitou de Imediato. Em seguida o senhor Presidente pediu aos demais diretores se autorizavam a dar prosseguimento aos trabalhos sem que se fizessem a leitura da Ata anterior o que foi aceito, por unanimidade, então deu – se inicio aos trabalhos do dia, o item (a) o fechamento da sede apartir do dia 22 de Dezembro de 2003 até dia 2 de Janeiro de 2004 , após explicar aos presentes que esses dias seriam para dar folgas natalícias aos funcionários da entidade, o senhor Presidente colocou em votação e foi aprovado por unanimidade, em seguida colocou em discussão o item (b) a contratação de um novo Advogado. O senhor Sebastião Salvador Lemes, Presidente da entidade ressaltou aos presentes que se fazia necessário e urgente que se fizesse a contratação de um novo advogado já que o que estava foi exonerado, o senhor Presidente argumentou explicando que tem chegado muitos Processos contra os servidores e temos que oferecer defesa Jurídica aos Trabalhadores, e abriu a palavra aos Diretores Presentes, os quais discutiram entre si e por decisão unanime, foi aprovado a contratação de um novo advogado.

Em seguida o senhor Presidente, pediu ao Senhor Edmilson José Tagliari, secretário Substituto que fizesse a leitura do ultimo item (c) a alteração na diretoria executiva e conselho fiscal, após o senhor Edmilson fazer a leitura da ultima ordem do dia, o senhor Presidente retomou a palavra dizendo da falta de participação de alguns diretores nas reuniões e também no dia a dia da entidade e abriu a palavra aos demais dirigentes que estavam Presentes os quais chegaram a conclusão que deveriam ser substituídos todos os diretores que não participam fazendo cumprir a lei em vigor, bem como o disposto no Estatuto Social da entidade em seu Artigo 34 da Competência da Diretoria Executiva e explicar as penalidades Previstas no Estatuto.

E após alguns minutos aprovaram a substituição, por unanimidade, portanto a diretoria executiva e o Conselho Fiscal será composta pelos seguintes membros até o término do mandato, salvo aja necessidade de mudanças.

Presidente Sebastião Salvador Lemes
Vice – Presidente Nair de Fátima Vieira de Lima
Secretário Geral: José Wilker Torres Ferreira

Tesoureiro: José Vicente do Nascimento
Diretor de Assuntos Profissionais: Edmilson José Tagliari
Diretor de Relações Sindicais: Francisco Victor da Paixão
Diretor de Assuntos Parlamentares: Pedro Turato
Diretor de imprensa e Divulgação: Darci Machado
Diretor de Sede e Patrimônio: Maria Vandenilza Koppe Pereira
Diretor de Saúde do Trabalhador: Valter de Jesus
Diretor de formação Sindical: Aparecido Mariano da Silva

Suplentes

Maria Regina V. Da Costa
Andrea Carlos de Melo
Luis Carlos Teodoro
Maria do Carmo V. Da Silva Pereira

Conselho Fiscal – efetivos

Célia Ap. Bazzo Cardona
Antonio Divino Lopes
Cristina Regina Cia da Silva

Suplentes

José Carlos Rospendovski

Representantes junto a Federação

Sebastião Salvador Lemes
Luis Carlos Teodoro

Nada mais a ser lançado e após lida e achada conforme, segue a presente ata para assinatura.

05-12-03

CARTÓRIO ARTUR NOGUEIRA

Sebastião Salvador Lemes
Presidente

Edmilson José Tagliari
(secretário Substituto)

Nair de Fátima Vieira de Lima
Vice – Presidente

Célia Ap. Bazzo Cardona
Conselho – Fiscal

OFICIAL DE REG. CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DE ARTUR NOGUEIRA
BEL. GEISA APARECIDA SANDRI
RUA 7 DE SETEMBRO, 1590 - PABX: (19) 3877-2176 - CEP 13160-000 - ARTUR NOGUEIRA - SP

ANDRI

RECONHECO por SEMELHANCA a(s) firma(s) de:
SEBASTIAO SALVADOR LEMES**********
e dou fé. Em Testemunho da verdade.
ADRIANA APARECIDA LOPES-ESCREVENTE AUTORIZADA
ARTUR NOGUEIRA, 07 de JANEIRO de 2004. C.:033137
Total das Custas:R$2,87 - Valido somente com o selo de autenticidade

OFICIAL DE REG. CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DE ARTUR NOGUEIRA - SP COMARCA DE MOGI-MIRIM-SP
Ap. Lopes
ESCREVENTE AUTORIZADA

Colégio Registral do Brasil - SP
FIRMA 1
0071AA007542

DESPACHO AO OFÍCIO Nº122/04-GPM

Recebo e Protocolo o ofício; a seguir conforme Requerimento nº005/2004 aprovado por esta Casa de Leis, nomeio a Comissão de Assuntos Relevantes, constante na Portaria nº008/2004; e a seguir encaminho cópia ao Poder Executivo.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra,8 de abril de 2004.

Marcel D.Souza Campos
Presidente/Vereador

Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Holambra **MARCEL DONIZETE DE SOUZA CAMPOS**

HOLAMBRA 01 de março de 2004

Ref. Protocolo n.° 860/2003

JAIR CARDOSO, devidamente qualificado no requerimento supra identificado, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, em consonância ao que dispõe o artigo 5.°, XXXIV, "a", da Constituição Federal, requerer informações acerca do destino do material encaminhado para apreciação, em especial se houve abertura de procedimento investigativo nesta Casa Legislativa.

Termos em que,
P.Deferimento.

JAIR CARDOSO

PROTOCOLO
Nº de Ordem 1035
Fls. Nº 41 Livro Nº 009
Data 01/03/2004
Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 020/2004-GP Estância Turística de Holambra , 1º de março de 2004.

Senhor Prefeito,

Na qualidade de Presidente desta Casa de Leis, venho requerer à Vossa Excelência, que encaminhe o **ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO, SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**, para que possamos melhor analisar e anexar ao Projeto de Lei Complementar nº 005/20004 "que revoga a Lei Complementar nº 135 de 26 de dezembro de 2002- institui no âmbito do Município de Holambra a CIP - Contribuição de Iluminação Pública e dá outras providências".

No aguardo, aproveitamos a oportunidade de externarmos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Excelentíssimo Senhor
CELSO CAPATO
DD.Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra

PROTOCOLO
N.º de Ordem 978/04
Fls. n.º 23 LIVRO n.º 01
Data de entrada 01 de março de 2004
(RESPONSÁVEL)

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício GP nº 018/04 *Estância Turística de Holambra, 27 de fevereiro de 2004.*

Senhor Presidente,

Cumpre-nos encaminhar a Vossa Senhoria, um exemplar da ***Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra****.*

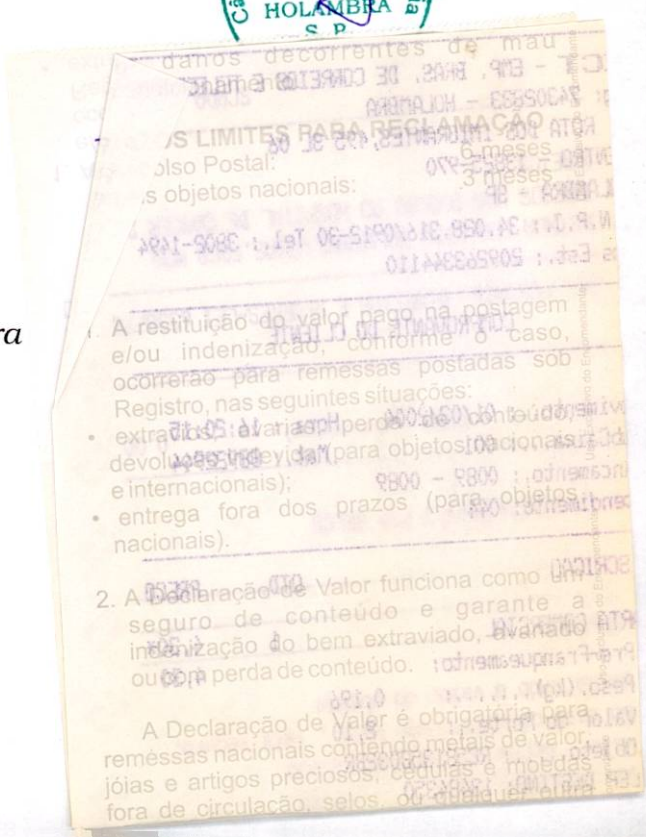
Aproveitamos o ensejo para externar a Vossa Excelência, protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Excelentíssimo Senhor
JURANDIR BERNARDES PEREIRA
DD. Presidente da Câmara Municipal de Limeira
Limeira - SP



Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 017/04-GP *Estância Turística de Holambra, 13 de fevereiro de 2004.*

Senhora Diretora,

Cumpre-nos encaminhar a Vossa Senhoria, 60 (sessenta) exemplares da ***Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra,*** *objetivando distribuir ao professor que ainda não adquiriu um exemplar e holambrense que procurar esse departamento na intenção adquirir um exemplar.*

Aproveitamos o ensejo para externar a Vossa Senhoria, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Ilustríssima Senhora
MARLY MARCELLA KLEIN GUNNEWIEK XAVIER
DD. Diretora de Educação
Estância Turística de Holambra

E.E. IBRANTINA CARDONA D.E.R. LIMEIRA Holambra - SP

Recebi 18/02/04

Rosângela Ap. Martins
Diretor de Escola
RG 9.096.749-5 - Reg. MEC 51.850

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 016/04-GP *Estância Turística de Holambra, 13 de fevereiro de 2004.*

Senhora Diretora,

Cumpre-nos encaminhar a Vossa Senhoria, um exemplar da ***Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra*** *e um exemplar para cada professor, coordenador e secretaria desta instituição, num total de 25 (vinte e cinco) exemplares.*

Aproveitamos o ensejo para externar a Vossa Senhoria, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Ilustríssima Senhora
VIVIANE TONIETTI
DD. Diretora da EMEI Joaquim Felipe de Almeida
Estância Turística de Holambra

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 015/04-GP *Estância Turística de Holambra, 13 de fevereiro de 2004.*

Senhora Diretora,

Cumpre-nos encaminhar a Vossa Senhoria, um exemplar da ***Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra*** *e um exemplar para cada professor, coordenador e secretaria desta instituição, num total de 30 (trinta) exemplares.*

Aproveitamos o ensejo para externar a Vossa Senhoria, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Ilustríssima Senhora
LÚCIA MACHADO COPACLE
DD. Diretora da EMEB Parque dos Ipês
Estância Turística de Holambra

EMEB "PARQUE DOS IPÊS"
Rua Dr. Jorge Latour, s/nº Centro - Fone: 3802-1999
CEP 13 825-000 - Estância Turística de Holambra

Recebi 19/02

Lucila Machado Capacle
R.G. 11.665.629
Diretora de Unid. Educ.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 014/04-GP *Estância Turística de Holambra, 13 de fevereiro de 2004.*

Senhora Diretora,

Cumpre-nos encaminhar a Vossa Senhoria, um exemplar da ***Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra*** *e um exemplar para cada professor, coordenador e secretaria desta instituição, num total de 32 (trinta e dois) exemplares.*

Aproveitamos o ensejo para externar a Vossa Senhoria, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

EMEB JARDIM DAS PRIMAVERAS
Rua Leandro Gonçalves, 136

Recebi 19/2/04

Ilustríssima Senhora
LÚCIA HELENA BAIÃO
DD. Diretora da EMEB Jardim das Primaveras
Estância Turística de Holambra

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 013/04-GP *Estância Turística de Holambra, 13 de fevereiro de 2004.*

Senhora Coordenadora,

Cumpre-nos encaminhar a Vossa Senhoria, um exemplar da ***Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra*** *e um exemplar para cada professor e secretaria desta instituição, num total de 20 (vinte) exemplares.*

Aproveitamos o ensejo para externar a Vossa Senhoria, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Ilustríssima Senhora
SORAIA CRISTINA RICARDO DOS SANTOS
DD. Coordenadora da PROED "Girassóis em Ação" Bairro Flamboyant
Estância Turística de Holambra

PROED "GIRASSÓIS EM AÇÃO"
Estância Turística de Holambra

Soraia Cristina R. dos Santos
Coordenadora Pedagógica
RG. 23.746.905-4

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 012/04-GP *Estância Turística de Holambra, 12 de fevereiro de 2004.*

Senhor Prefeito,

Tem este a finalidade de solicitar a Vossa Excelência que seja enviado a esta Casa de Leis um Projeto de Lei que revoga a ***"Lei Complementar nº 135 de 26 de dezembro de 2002, (Institui, no âmbito do Município da Estância Turística de Holambra, a CIP – Contribuição de Iluminação Publica e dá outras providências)****".*

No aguardo de uma resposta, subscrevemo-nos mui atenciosamente.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Excelentíssimo Senhor
CELSO CAPATO
DD. Prefeito Municipal
Estância Turística de Holambra

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

OFÍCIO Nº007/2003-GP

Holambra, 27 de janeiro de 2004.

Senhor Presidente,

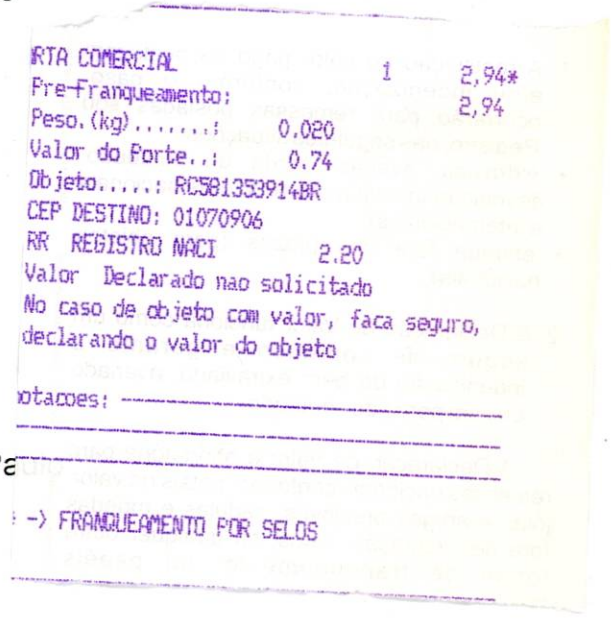
Na qualidade de Presidente desta Casa de Leis, temos o prazer de acusar o recebimento do Ofício Especial, datado em 11 de dezembro para participar da Sessão Especial, de posse dos senhores conselheiros, realizado no dia 26 de janeiro de 2004.

Infelizmente por compromissos inadiáveis não foi possível comparecer, mas desejo a Vossa Excelência, todo sucesso nessa sua nova empreitada de Presidente do TCE-SP, tendo a certeza que V.Exª, irá exercer um excelente mandato, isto é o que lhe desejo.

Subscrevemo-nos com respeito e admiração.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Excelentíssimo Senhor
RENATO MARTINS COSTA
Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Pa
São Paulo - SP





Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

OFÍCIO Nº008/2003-GP

Holambra, 27 de janeiro de 2004.

Senhor Vice-Presidente,

Na qualidade de Presidente desta Casa de Leis, temos o prazer de acusar o recebimento do Ofício Especial, datado em 11 de dezembro para participar da Sessão Especial, de posse dos senhores conselheiros, realizado no dia 26 de janeiro de 2004.

Infelizmente por compromissos inadiáveis não foi possível comparecer, mas desejo a Vossa Excelência, todo sucesso nessa sua nova empreitada de Vice-Presidente do TCE-SP, tendo a certeza que V.Exª, irá exercer um excelente mandato, isto é o que lhe desejo.

Subscrevemo-nos com respeito e admiração.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Excelentíssimo Senhor
CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA
Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de S
São Paulo - SP

RTA COMERCIAL 1 2,94*
Pre-Franqueamento: 2,94
Peso.(kg).....: 0,020
Valor do Porte..: 0,74
Objeto.....: RC581353905BR
CEP DESTINO: 01070906
RR REGISTRO NACI 2,20
Valor Declarado nao solicitado
No caso de objeto com valor, faca seguro,
declarando o valor do objeto

otacoes:

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

OFÍCIO Nº009/2003-GP Holambra, 27 de janeiro de 2004.

Senhor Corregedor,

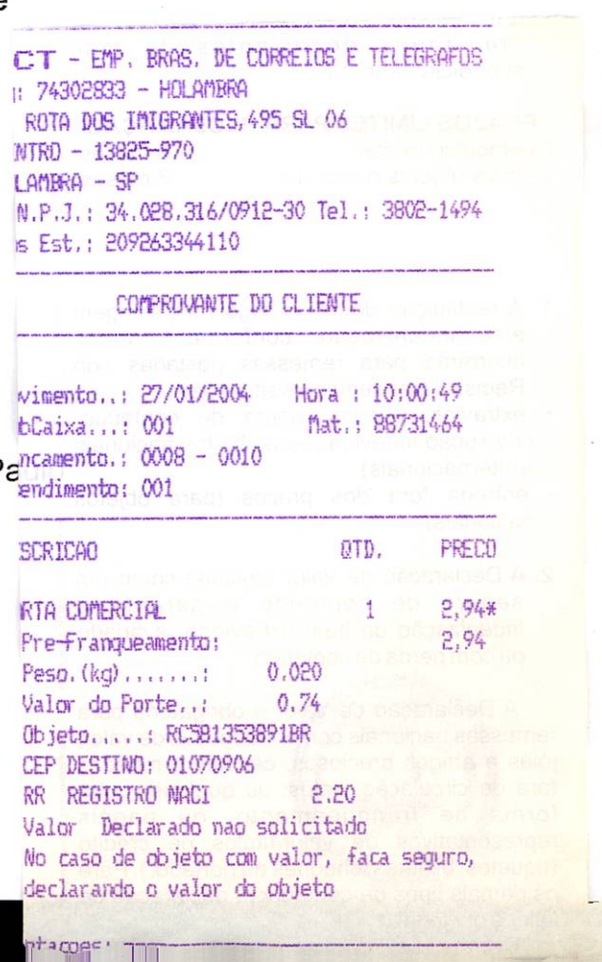
Na qualidade de Presidente desta Casa de Leis, temos o prazer de acusar o recebimento do Ofício Especial, datado em 11 de dezembro para participar da Sessão Especial, de posse dos senhores conselheiros, realizado no dia 26 de janeiro de 2004.

Infelizmente por compromissos inadiáveis não foi possível comparecer, mas desejo a Vossa Excelência, todo sucesso nessa sua nova empreitada de Corregedor do TCE-SP, tendo a certeza que V.Exª, irá exercer um excelente mandato, isto é o que lhe desejo.

Subscrevemo-nos com respeito e admiração.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Excelentíssimo Senhor
ROBSON MARINHO
Corregedor do Tribunal de Contas do Estado de São Pa
São Paulo - SP



CT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
: 74302833 - HOLAMBRA
ROTA DOS IMIGRANTES,495 SL 06
NTRO - 13825-970
LAMBRA - SP
N.P.J.: 34.028.316/0912-30 Tel.: 3802-1494
s Est.: 209263344110

COMPROVANTE DO CLIENTE

vimento..: 27/01/2004 Hora : 10:00:49
bCaixa...: 001 Mat.: 88731464
ncamento.: 0008 - 0010
endimento: 001

SCRICAO QTD. PRECO

RTA COMERCIAL 1 2,94*
Pre-Franqueamento: 2,94
Peso.(kg).....: 0.020
Valor do Porte..: 0.74
Objeto.....: RC581353891BR
CEP DESTINO: 01070906
RR REGISTRO NACI 2.20
Valor Declarado nao solicitado
No caso de objeto com valor, faca seguro,
declarando o valor do objeto

ntacoes:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

São Paulo, 11 de dezembro de 2003

Ofício Especial

Senhor Presidente

Tenho a honra de convidar Vossa Excelência para a sessão especial de posse dos Senhores Conselheiros **RENATO MARTINS COSTA**, na Presidência, **CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA**, na Vice-Presidência, e **ROBSON MARINHO**, na Corregedoria deste Tribunal.

A solenidade será realizada no dia 26 de janeiro de 2004, às 11:00 horas, no Auditório Nobre "Professor José Luiz de Anhaia Mello", situado na Avenida Rangel Pestana, nº 315 - Anexo I.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha perfeita estima e distinta consideração.

FULVIO JULIÃO BIAZZI
Presidente

ENDEREÇO: Av. Rangel Pestana, 315 – Anexo I – 6º andar – Centro – SP – CEP: 01017-906
PABX: 3258-3266 – Ramais: 220 e 465 ou 3241-4375
INTERNET: www.tce.sp.gov.br E-MAIL: gp@tce.sp.gov.br

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 006/04-GP *Estância Turística de Holambra, 15 de Janeiro de 2004.*

Senhora Diretora,

Cumpre-nos encaminhar a Vossa Senhoria, um exemplar da ***Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra*** *e um exemplar para cada professor e secretaria desta instituição, num total de 25 (vinte e cinco) exemplares.*

Aproveitamos o ensejo para externar a Vossa Senhoria, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Ilustríssima Senhora
ROSÂNGELA APARECIDA MARTINS
DD. Diretora da Escola Ibrantina
Estância Turística de Holambra

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 005/04-GP *Estância Turística de Holambra, 15 de Janeiro de 2004.*

Senhor Prefeito,

Na qualidade de Presidente desta Casa de Leis, cumpre-me vir respeitosamente por meio deste, solicitar os bons préstimos, no sentido de nos emprestar ***MOTORISTA****, para o dia 21 de janeiro (Quarta-Feira) com saída da Câmara Municipal, a partir das 8:30 horas, com destino ao Tribunal de Contas, em São Paulo.*

No aguardo de uma resposta, subscrevemo-nos mui atenciosamente.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Excelentíssimo Senhor
CELSO CAPATO
DD. Prefeito Municipal
Estância Turística de Holambra